

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	7
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020	17
DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	18
Demonstração de Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	25
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	74
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	78
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	79

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	1.625.423	1.491.187
1.01	Ativo Circulante	96.841	111.201
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	14.355	28.451
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.919	10.905
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.919	10.905
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	71.567	71.845
1.01.08.03	Outros	71.567	71.845
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	71.539	71.817
1.01.08.03.02	Outros Créditos	28	28
1.02	Ativo Não Circulante	1.528.582	1.379.986
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	160.906	160.819
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.02.03	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	23.428	23.341
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	23.428	23.341
1.02.02	Investimentos	1.362.339	1.213.703
1.02.02.01	Participações Societárias	1.362.339	1.213.703
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	100.425	93.835
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.169.163	1.028.428
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	92.751	91.440
1.02.03	Imobilizado	17	18
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	17	18
1.02.04	Intangível	5.320	5.446
1.02.04.01	Intangíveis	5.320	5.446
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	5.320	5.446

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	1.625.423	1.491.187
2.01	Passivo Circulante	69.708	79.525
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	659	632
2.01.01.01	Obrigações Sociais	659	632
2.01.01.01.01	Encargos Sociais	659	632
2.01.02	Fornecedores	905	1.028
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	905	1.028
2.01.03	Obrigações Fiscais	221	9.855
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	91	9.851
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	89	4.279
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	2	5.572
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	130	4
2.01.05	Outras Obrigações	67.923	68.010
2.01.05.02	Outros	67.923	68.010
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	67.683	67.683
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	240	327
2.02	Passivo Não Circulante	4.556	4.538
2.02.04	Provisões	4.556	4.538
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.573	1.555
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	299	292
2.02.04.01.05	Provisões Ambientais	11	0
2.02.04.02	Outras Provisões	2.983	2.983
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	2.983	2.983
2.03	Patrimônio Líquido	1.551.159	1.407.124
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.521.681	1.521.681
2.03.04.01	Reserva Legal	170.374	170.374
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.351.307	1.351.307
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	144.176	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.455.014	-1.454.873

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	143.983	72.389
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.503	-6.083
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-517	-493
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	149.003	78.965
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	143.983	72.389
3.06	Resultado Financeiro	52	281
3.06.01	Receitas Financeiras	70	297
3.06.02	Despesas Financeiras	-18	-16
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	144.035	72.670
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	144.035	72.670
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	144.035	72.670
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,5237	1,7778
3.99.01.02	PN	3,8761	1,9556
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,5237	1,7778
3.99.02.02	PN	3,8761	1,9556

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	144.035	72.670
4.03	Resultado Abrangente do Período	144.035	72.670

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-14.374	-6.708
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-4.456	-5.811
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	144.035	72.670
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	494	494
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-149.003	-78.965
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	0	-10
6.01.01.07	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	18	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-9.918	-897
6.01.02.02	Outras Contas Ativos	0	159
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	-87	-908
6.01.02.04	Fornecedores	-123	107
6.01.02.05	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-26	-190
6.01.02.06	Tributos a Recolher	-9.634	58
6.01.02.07	Outras Contas - Passivos	-34	-62
6.01.02.08	Tributos a Recuperar	-14	-61
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	278	7.563
6.02.04	Dividendos Recebidos	278	7.563
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-14.096	855
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	28.451	16.763
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	14.355	17.618

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.176	-141	144.035
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.035	0	144.035
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	141	-141	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	141	-141	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	1.340.000	316	1.521.681	144.176	-1.455.014	1.551.159

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	72.811	-141	78.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.670	0	72.670
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	141	-141	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	141	-141	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.025	72.811	-842.367	1.879.785

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.199	-529
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.199	-529
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.199	-529
7.04	Retenções	-494	-494
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-494	-494
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.693	-1.023
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	149.073	79.262
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	149.003	78.965
7.06.02	Receitas Financeiras	70	297
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	147.380	78.239
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	147.380	78.239
7.08.01	Pessoal	2.976	5.246
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.671	5.103
7.08.01.02	Benefícios	181	59
7.08.01.03	F.G.T.S.	124	84
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	269	218
7.08.02.01	Federais	109	131
7.08.02.02	Estaduais	4	4
7.08.02.03	Municipais	156	83
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	100	105
7.08.03.02	Aluguéis	82	89
7.08.03.03	Outras	18	16
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	144.035	72.670
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	144.035	72.670

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	9.425.929	9.498.257
1.01	Ativo Circulante	2.817.006	2.358.072
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	341.759	566.181
1.01.03	Contas a Receber	1.561.159	1.421.771
1.01.03.01	Clientes	1.399.794	1.258.367
1.01.03.01.01	Contas a receber de Clientes	1.966.689	1.819.342
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-566.895	-560.975
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	161.365	163.404
1.01.04	Estoques	17.338	14.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	638.885	68.579
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	638.885	68.579
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	257.865	286.845
1.01.08.03	Outros	257.865	286.845
1.01.08.03.03	Dividendos a Receber	7.499	7.114
1.01.08.03.04	Outros Créditos	164.237	193.898
1.01.08.03.06	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	32.893	32.597
1.01.08.03.07	Recursos da CDE para Cobertura de CVA	53.236	53.236
1.02	Ativo Não Circulante	6.608.923	7.140.185
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.643.325	3.261.941
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	137.478	137.478
1.02.01.02.02	Outros Títulos	217	217
1.02.01.02.03	Títulos para Negociação	137.261	137.261
1.02.01.04	Contas a Receber	45.412	49.227
1.02.01.04.01	Clientes	156.972	159.297
1.02.01.04.02	Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	-114.614	-114.614
1.02.01.04.03	Outras Contas a Receber	3.054	4.544
1.02.01.07	Tributos Diferidos	995.084	1.004.094
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	995.084	1.004.094
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.465.351	2.071.142
1.02.01.10.03	Tributos a Recuperar	535.452	1.092.845
1.02.01.10.04	Dépósitos Judiciais	179.007	171.054
1.02.01.10.05	Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	481.838	525.964
1.02.01.10.06	Ativo Financeiro - Parcela A - CVA	0	12.678
1.02.01.10.07	Ativo Financeiro - Bonificação de Outorga	259.054	258.113
1.02.01.10.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.000	10.000
1.02.01.10.09	Créditos com Investidas	0	488
1.02.02	Investimentos	255.524	246.572
1.02.02.01	Participações Societárias	255.524	246.572
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	162.773	155.132
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	92.751	91.440
1.02.03	Imobilizado	177.233	174.796
1.02.04	Intangível	3.532.841	3.456.876
1.02.04.01	Intangíveis	3.532.841	3.456.876
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.525.095	3.448.815

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	7.746	8.061

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	9.425.929	9.498.257
2.01	Passivo Circulante	2.298.668	2.427.690
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	190.135	212.148
2.01.01.01	Obrigações Sociais	190.135	212.148
2.01.02	Fornecedores	832.965	996.725
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	832.965	996.725
2.01.03	Obrigações Fiscais	252.729	209.296
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	114.911	63.400
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	66.517	11.744
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	46.694	45.183
2.01.03.01.03	Outros	1.700	6.473
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	136.321	144.156
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.497	1.740
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	558.275	488.756
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	453.821	383.623
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	440.363	377.317
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	13.458	6.306
2.01.04.02	Debêntures	104.454	105.133
2.01.05	Outras Obrigações	292.458	344.237
2.01.05.02	Outros	292.458	344.237
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	67.683	67.683
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	136.984	166.014
2.01.05.02.07	Passivo Financeiro - Parcela A - CVA	13.716	25.142
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	74.075	85.398
2.01.06	Provisões	172.106	176.528
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	172.106	176.528
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	172.106	176.528
2.02	Passivo Não Circulante	5.576.102	5.663.443
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.056.388	1.172.820
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	812.789	904.008
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	344.499	435.718
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	468.290	468.290
2.02.01.02	Debêntures	243.599	268.812
2.02.02	Outras Obrigações	1.351.894	1.302.849
2.02.02.02	Outros	1.351.894	1.302.849
2.02.02.02.03	Obrigações Sociais e Trabalhistas	48.186	48.186
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	191.648	189.425
2.02.02.02.06	Passivo Financeiro - CVA	35.824	0
2.02.02.02.09	PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	1.076.236	1.065.238
2.02.03	Tributos Diferidos	20.536	19.596
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	20.536	19.596
2.02.04	Provisões	3.147.284	3.168.178
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	2.838.592	2.862.293
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	9.642	9.641
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	60.034	60.123

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	2.645.927	2.661.948
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	122.989	130.581
2.02.04.02	Outras Provisões	308.692	305.885
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	306.559	303.762
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	2.133	2.123
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.551.159	1.407.124
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.521.681	1.521.681
2.03.04.01	Reserva Legal	170.374	170.374
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.351.307	1.351.307
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	144.176	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-1.455.014	-1.454.873

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.109.793	2.132.137
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	2.046.323	2.268.451
3.01.02	Receita de Construção	107.065	115.510
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	-44.878	-253.133
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	1.283	1.309
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.790.126	-1.862.177
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.515.071	-1.580.385
3.02.02	Custo dos Produtos Vendidos	-2.908	-2.916
3.02.03	Custo dos Serviços Prestados	-165.082	-163.366
3.02.04	Custo de Construção - CPC 47	-107.065	-115.510
3.03	Resultado Bruto	319.667	269.960
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-92.382	-117.471
3.04.01	Despesas com Vendas	-52.508	-52.452
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-88.518	-87.827
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	39.048	16.614
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.596	6.194
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	227.285	152.489
3.06	Resultado Financeiro	-8.568	-26.190
3.06.01	Receitas Financeiras	42.252	74.868
3.06.02	Despesas Financeiras	-50.820	-101.058
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	218.717	126.299
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-74.682	-53.629
3.08.01	Corrente	-64.732	-49.284
3.08.02	Diferido	-9.950	-4.345
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	144.035	72.670
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	144.035	72.670
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	144.035	72.670
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	3,5237	1,7778
3.99.01.02	PN	3,8761	1,9556
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	3,5237	1,7778
3.99.02.02	PN	3,8761	1,9556

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	144.035	72.670
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	144.035	72.670
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	144.035	72.670

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-71.279	290.216
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	259.642	202.223
6.01.01.01	Resultado antes do IR e CSLL	218.717	126.299
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	59.368	55.441
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-9.596	-6.194
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno/Bonificação de Outorga	-9.819	-12.152
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	48.585	47.394
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-50.565	-41.621
6.01.01.09	Juros Pagos	-17.600	-18.891
6.01.01.11	Provisão para Passivo Atuarial	12.490	12.962
6.01.01.12	Constituição (Reversão) Provisão para Contingências Passivas	-4.873	23.784
6.01.01.14	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	8.290	13.372
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-1.283	-1.309
6.01.01.17	Perdas Estimadas em Crédito de Liquidação Duvidosa	5.920	3.118
6.01.01.18	Baixa de Ativo Financeiro Indenizatório - Concessão	8	20
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-330.921	87.993
6.01.02.02	Ativos Financeiros - (CVA, Bonificação de Outorga)	68.435	151.373
6.01.02.03	Contas a Receber	-142.983	-19.587
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-12.913	-29.392
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-7.953	-20.152
6.01.02.07	Estoques	-2.642	-2.149
6.01.02.10	Outras Contas - Ativo	31.151	31.058
6.01.02.14	Fornecedores	-163.760	84.190
6.01.02.15	Tributos a recolher	29.266	-99
6.01.02.16	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-22.013	-17.793
6.01.02.17	Taxas Regulamentares	-29.147	-154.229
6.01.02.18	Passivo Financeiro - CVA	-22.777	110.828
6.01.02.19	Passivo Atuarial	-44.262	-50.368
6.01.02.20	Outras Contas - Passivo	-11.323	4.313
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-99.912	-123.289
6.02.01	Adições Ativo Imobilizado/Intagível	-100.292	-123.875
6.02.03	Aumento (Redução) de Capital Investidas	198	0
6.02.05	Dividendos Recebidos	182	586
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-53.231	-118.930
6.03.03	Amortização de Empréstimos e Financiamentos	-27.741	-155.492
6.03.04	Adições de Empréstimos e Financiamentos	0	36.562
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-25.490	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-224.422	47.997
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	566.181	698.060
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	341.759	746.057

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/03/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.521.681	0	-1.454.873	1.407.124	0	1.407.124
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	144.176	-141	144.035	0	144.035
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	144.035	0	144.035	0	144.035
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	141	-141	0	0	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	141	-141	0	0	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.521.681	144.176	-1.455.014	1.551.159	0	1.551.159

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.302.766	0	-842.226	1.800.856	0	1.800.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	6.259	72.811	-141	78.929	0	78.929
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	72.670	0	72.670	0	72.670
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	6.259	141	-141	6.259	0	6.259
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	141	-141	0	0	0
5.05.03.03	Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	0	0	6.259	0	0	6.259	0	6.259
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.309.025	72.811	-842.367	1.879.785	0	1.879.785

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2020 à 31/03/2020	Anterior 01/01/2019 à 31/03/2019
7.01	Receitas	3.359.071	3.498.835
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.216.550	3.355.377
7.01.02	Outras Receitas	41.376	31.066
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	107.065	115.510
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-5.920	-3.118
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.692.424	-1.783.677
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.545.731	-1.611.349
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.628	-56.818
7.02.04	Outros	-107.065	-115.510
7.02.04.01	Custos refs. a Construção de Ativos Próprios	-107.065	-115.510
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.666.647	1.715.158
7.04	Retenções	-59.368	-55.441
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-59.368	-55.441
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.607.279	1.659.717
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	51.848	81.062
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.596	6.194
7.06.02	Receitas Financeiras	42.252	74.868
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.659.127	1.740.779
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.659.127	1.740.779
7.08.01	Pessoal	164.239	165.510
7.08.01.01	Remuneração Direta	135.822	137.124
7.08.01.02	Benefícios	21.699	21.829
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.718	6.557
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.293.304	1.396.778
7.08.02.01	Federais	658.785	723.404
7.08.02.02	Estaduais	631.068	670.375
7.08.02.03	Municipais	3.451	2.999
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	57.549	105.821
7.08.03.01	Juros	2.246	10.488
7.08.03.02	Aluguéis	6.729	4.763
7.08.03.03	Outras	48.574	90.570
7.08.03.03.01	Variações Monetárias e Cambiais	6.187	21.684
7.08.03.03.03	Outras Despesas de Financiamentos	42.387	68.886
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	144.035	72.670
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	144.035	72.670

Comentário do Desempenho

1. INVESTIMENTOS

Os recursos investidos em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no primeiro trimestre de 2020 chegaram a R\$129.849 ante R\$122.284 em 2019, sendo 6,19% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Descrição	31.03.2020		31.03.2019		Consolidado
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	Análise Horizontal
Distribuição de Energia Elétrica	125.826	96,90%	121.864	99,66%	3,25%
Recursos Próprios	96.559	-	92.337	-	-
Participação Financeira do Consumidor	29.267	-	29.527	-	-
Geração de Energia Elétrica	4.023	3,10%	420	0,34%	857,86%
Participações Societárias	290	-	-	-	-
Parque Gerador Próprio	3.733	-	420	-	-
Total	129.849	100%	122.284	100%	6,19%

Do total investido, o maior volume de R\$125.826 foram destinados à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão da Celesc D. Desse valor, R\$96.559 foram com recursos próprios (sendo R\$82.582 em materiais e serviços, R\$13.977 em mão de obra própria) e R\$29.267 foram com recursos de terceiros, provenientes de participação financeira do consumidor em obras da Celesc D. As regras da participação financeira do consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa nº 414, da ANEEL, de 9 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$3.373 se refere ao projeto civil, ambiental, elétrico e mecânico, mobilização e canteiro de obras, fabricação do elevador da Usina Celso Ramos; R\$10 foram empregados na esteira porta cabos, guia porta cabos, sensor de pressão submersível da Usina Pery; R\$84 foram utilizados na automação, bem como no sistema de exaustão, ventilação e ar da Usina Rio dos Cedros; e R\$230 foram aplicados na turbina hidráulica da Usina Salto.

2. MERCADO ACIONÁRIO

O índice BOVESPA fechou o 1º trimestre de 2020 com desvalorização de 36,86%. O Índice de Energia Elétrica – IEE, indicador do setor de energia elétrica apresentou desvalorização de 24,38% no mesmo período.

Nesse mesmo período as ações ordinárias – ON da Companhia apresentaram valorização de 19,86%, enquanto as ações preferenciais – PN apresentaram desvalorização de 7,58%.

O tabela a seguir apresenta as cotações finais em 31 de março de 2020 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Descrição	Fechamento		Variação %
	31.03.2020	1º TRI 2020	Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 46,30	-7,58%	-8,87%
Celesc ON	R\$ 56,00	19,86%	2,54%
IBOVESPA	73.020	-36,86%	-23,47%
IEE	57.941	-24,38%	0,85%

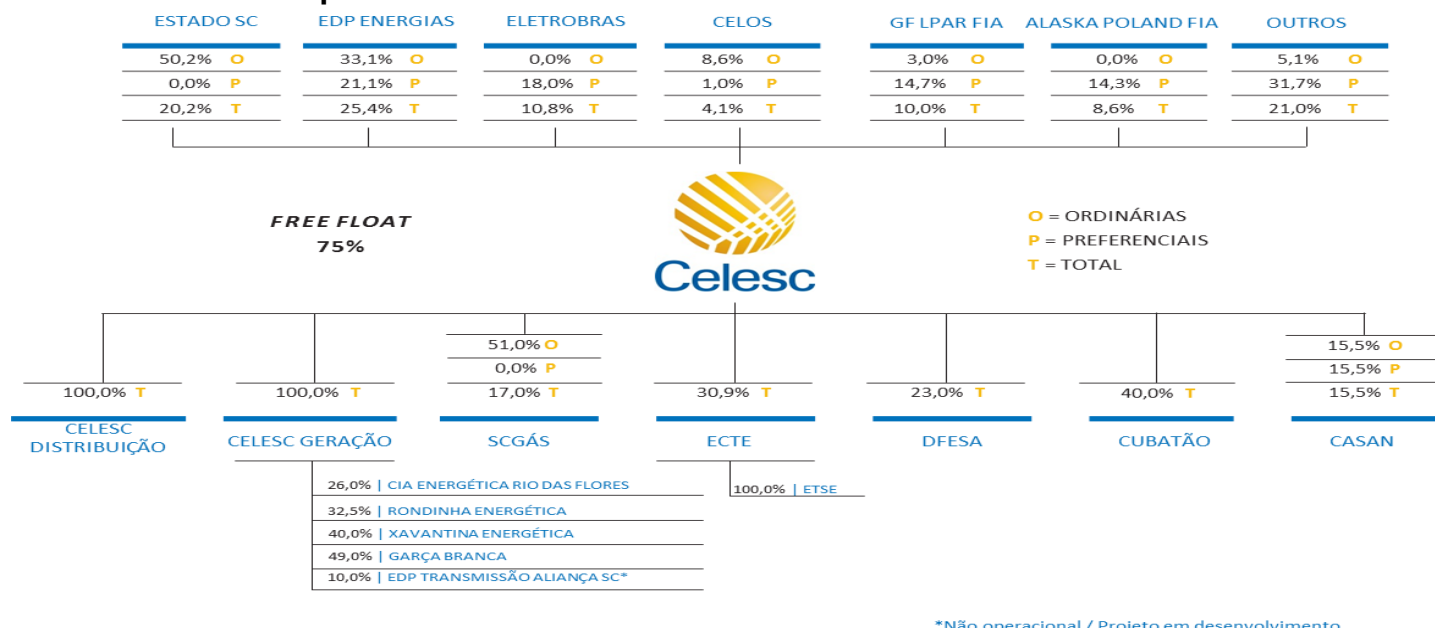
Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 31 de março de 2020, conforme demonstrado acima, são: R\$56,00 (cinquenta e seis reais) para cada ação ordinária – ON (CLSC3) e R\$46,30 (quarenta e seis reais e trinta centavos) para cada ação preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,2% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do capital total. A estrutura acionária e societária, em 31 de março de 2020 está apresentada no organograma a seguir:

Comentário do Desempenho



4. RECURSOS HUMANOS

A Celesc encerrou o primeiro trimestre de 2020, com um quadro funcional de 3.382 empregados. O total de empregados representa um acréscimo de 0,15% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.377 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

A Companhia apresentou um Lucro Líquido acumulado, em 31 de março de 2020, no valor de R\$144,0 milhões, representando um crescimento de aproximadamente 98%, se comparado ao mesmo período de 2019, cujo valor foi de R\$72,7 milhões.

A Receita Operacional Bruta – ROB, no valor de R\$3,3 bilhões, teve uma redução de 4,24%, sobretudo, pelo reajuste tarifário médio anual negativo de 7,8%, ocorrido na Celesc D em agosto de 2019, que reduziu sobremaneira a receita de fornecimento de energia elétrica. A Receita Operacional Líquida – ROL, no período, foi de R\$2,1 bilhões, apresentando uma redução de 1,05% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. As reduções de desempenho nas receitas, tanto bruta quanto líquida, foram semelhantes, pois as deduções da receita bruta acompanharam essa tendência, fechando os três primeiros meses do ano em R\$1,2 bilhões, resultando uma redução de 9,32%.

A partir da ROL, a Companhia apresentou evolução em diversos pontos, que conduziram o resultado para o aumento verificado e mencionado do Lucro Líquido, comparando os primeiros trimestres de 2019 e 2020. Os custos de serviço de energia elétrica tiveram uma redução de 3,87%, as despesas operacionais uma redução de 21,36% e o resultado financeiro uma melhora de 49,71%. Destacam-se nesses três pontos, respectivamente, os melhores resultados alcançados na compra de energia elétrica, o efeito líquido das provisões e a significativa redução nos juros e atualizações monetárias de dívidas.

Com base nas informações consolidadas da Companhia, os principais indicadores econômicos, em 31 de março de 2020, comparados com o mesmo período de 2019, são os seguintes:

Descrição – Valores em reais mil	31.03.2020	31.03.2019	AH %
Receita Operacional Bruta – ROB	3.324.898	3.472.196	-4,24%
Receita Operacional Líquida – ROL	2.109.793	2.132.137	-1,05%
Resultado Operacional	227.285	152.489	49,05%
EBITDA	286.653	207.930	37,86%
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	13,59%	9,75%	3,83 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	6,83%	3,41%	3,42 p.p.
Resultado Financeiro	(8.568)	(26.190)	-67,29%
Ativo Total	9.425.930	9.824.279	-4,05%
Imobilizado	177.233	159.256	11,29%
Patrimônio Líquido	1.551.159	1.879.785	-17,48%
Lucro Líquido	144.035	72.670	98,20%

Comentário do Desempenho

Com a relação à movimentação do Lucro Líquido antes dos juros, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização – EBITDA, o quadro a seguir detalha a situação:

Conciliação do EBITDA – Valores em reais mil	31.03.2020	31.03.2019
Lucro Líquido	144.035	72.670
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	74.682	53.629
Resultado Financeiro	8.568	26.190
Depreciação e Amortização	59.368	55.441
EBITDA	286.653	207.930

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 31.03.2020					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
EDP Energias do Brasil S.A.	5.140.868	33,11	4.637.520	20,12	9.778.388	25,35
Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	460.000	2,96	3.400.000	14,75	3.860.000	10,01
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	3.322.000	14,42	3.322.000	8,61
Outros	790.552	5,09	7.311.169	31,73	8.101.721	21,00
Total	15.527.137	100,00	23.044.454	100,00	38.571.591	100,00
Total Geral	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

* Companhia de Capital Aberto

7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o primeiro trimestre de 2020 representando 3,88% do capital social total da Companhia, detendo o total de 1.498.205 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	1.498.205	3,88%
Investidores Nacionais	37.073.386	96,12%
Total	38.571.591	100,00

8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Diretoria Executiva	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Conselho Fiscal	-	-	-	0,00%	-	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

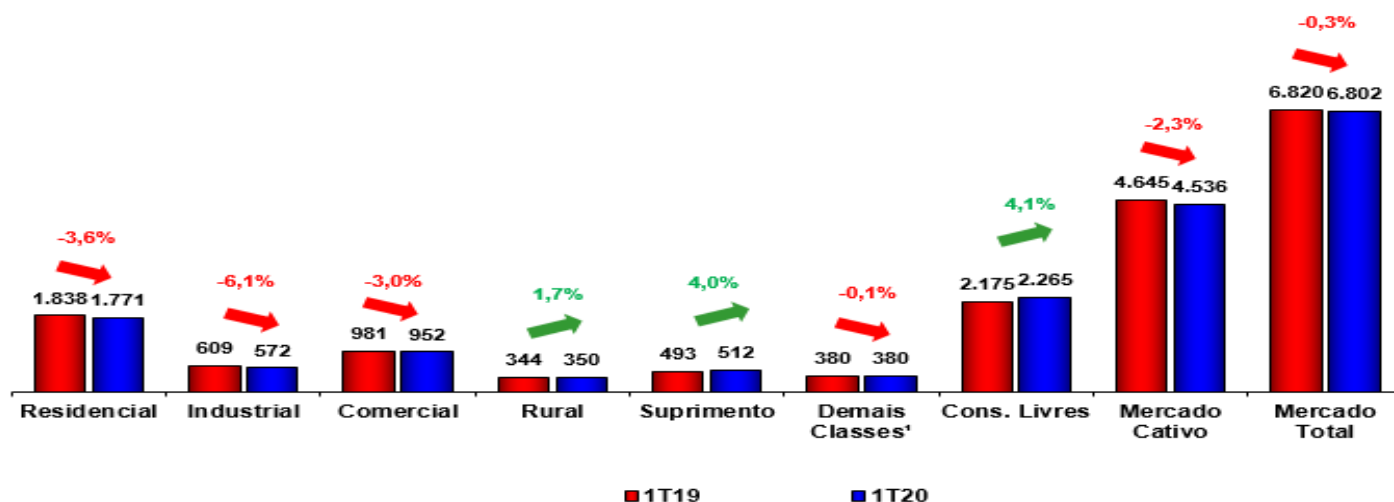
Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.149	98,98%	29.107.626	75,46%

Comentário do Desempenho

10. BALANÇO ENERGÉTICO

O mercado cativo da Celesc D apresentou retração de 2,3% no primeiro trimestre de 2020 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 4.536 GWh. Com relação ao mercado total, incluindo consumidores livres, a redução no consumo de energia elétrica foi de 0,3%, atingindo 6.802 GWh.

No gráfico a seguir pode ser observado os valores de consumo de cada classe no mercado cativo, como também o do mercado total:



Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público. Não considera Consumo Próprio.

11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2020		2019		Variação Vertical				Variação Horizontal	
	1º Trim	Acumulado	1º Trim	Acumulado	1º Trim 2020	Acum 2020	1º Trim 2019	Acum 2019	1º Trim 20-19	Acum 20-19
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	1.093.801	1.093.801	1.251.132	1.251.132	42,9%	42,9%	44,0%	44,0%	-12,6%	-12,6%
Industrial	359.698	359.698	416.565	416.565	14,1%	14,1%	14,6%	14,6%	-13,7%	-13,7%
Comercial	623.379	623.379	703.216	703.216	24,4%	24,4%	24,7%	24,7%	-11,4%	-11,4%
Rural	174.261	174.261	163.599	163.599	6,8%	6,8%	5,8%	5,8%	6,5%	6,5%
Poder Público	73.079	73.079	82.086	82.086	2,9%	2,9%	2,9%	2,9%	-11,0%	-11,0%
Iluminação Pública	61.369	61.369	66.297	66.297	2,4%	2,4%	2,3%	2,3%	-7,4%	-7,4%
Serviço Público	55.540	55.540	53.437	53.437	2,2%	2,2%	1,9%	1,9%	3,9%	3,9%
Subtotal	2.441.128	2.441.128	2.736.332	2.736.332	95,7%	95,7%	96,2%	96,2%	-10,8%	-10,8%
Suprimento	110.760	110.760	107.344	107.344	4,3%	4,3%	3,8%	3,8%	3,2%	3,2%
TOTAL	2.551.888	2.551.888	2.843.676	2.843.676	100%	100%	100%	100%	-10,3%	-10,3%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.770.930	1.770.930	1.837.798	1.837.798	39,0%	39,0%	39,6%	39,6%	-3,6%	-3,6%
Industrial	571.922	571.922	609.097	609.097	12,6%	12,6%	13,1%	13,1%	-6,1%	-6,1%
Comercial	951.811	951.811	981.472	981.472	21,0%	21,0%	21,1%	21,1%	-3,0%	-3,0%
Rural	349.843	349.843	344.110	344.110	7,7%	7,7%	7,4%	7,4%	1,7%	1,7%
Poder Público	117.359	117.359	122.366	122.366	2,6%	2,6%	2,6%	2,6%	-4,1%	-4,1%
Iluminação Pública	162.232	162.232	163.533	163.533	3,6%	3,6%	3,5%	3,5%	-0,8%	-0,8%
Serviço Público	100.094	100.094	94.172	94.172	2,2%	2,2%	2,0%	2,0%	6,3%	6,3%
Subtotal	4.024.192	4.024.192	4.152.547	4.152.547	88,7%	88,7%	89,4%	89,4%	-3,1%	-3,1%
Suprimento	512.268	512.268	492.767	492.767	11,3%	11,3%	10,6%	10,6%	4,0%	4,0%
TOTAL	4.536.459	4.536.459	4.645.314	4.645.314	100%	100%	100%	100%	-2,3%	-2,3%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	617,64	617,64	680,78	680,78	109,8%	109,8%	111,2%	111,2%	-9,3%	-9,3%
Industrial	628,93	628,93	683,91	683,91	111,8%	111,8%	111,7%	111,7%	-8,0%	-8,0%
Comercial	654,94	654,94	716,49	716,49	116,4%	116,4%	117,0%	117,0%	-8,6%	-8,6%
Rural	498,11	498,11	475,43	475,43	88,5%	88,5%	77,7%	77,7%	4,8%	4,8%
Poder Público	622,69	622,69	670,83	670,83	110,7%	110,7%	109,6%	109,6%	-7,2%	-7,2%
Iluminação Pública	378,28	378,28	405,40	405,40	67,2%	67,2%	66,2%	66,2%	-6,7%	-6,7%
Serviço Público	554,88	554,88	567,44	567,44	98,6%	98,6%	92,7%	92,7%	-2,2%	-2,2%
Subtotal	606,61	606,61	658,95	658,95	107,8%	107,8%	107,6%	107,6%	-7,9%	-7,9%
Suprimento	216,22	216,22	217,84	217,84	38,4%	38,4%	35,6%	35,6%	-0,7%	-0,7%
TOTAL	562,53	562,53	612,16	612,16	100%	100%	100%	100%	-8,1%	-8,1%

Comentário do Desempenho

12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 08 de maio de 2020

A Administração

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc (a “Companhia” e em conjunto com suas controladas o “Grupo”), é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, CEP: 88.034-900, Florianópolis/SC, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividades preponderantes a Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica. Além disso, sua controlada em conjunto Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

2. PERFIL EMPRESARIAL

2.1. Subsidiárias Integrais

2.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

A Celesc D, constituída por Escritura Pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

Em 22 de julho de 1999, assinou o Contrato nº 56 de concessão de distribuição de energia elétrica, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, cujo prazo de vigência era até 7 de julho de 2015. Com o processo de desverticalização em 2006, a atividade de distribuição, que era das Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc foi repassada à Celesc D. Em 9 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos.

Considerando que as condições estabelecidas pelo ICPC01 – Contratos de Concessão foram integralmente atendidas, a Administração da Celesc D concluiu que seu contrato de concessão, assim como o 5º Termo Aditivo que prorrogou a concessão, está dentro do escopo do ICPC01.

A Celesc D atua, no segmento de distribuição de energia elétrica atendendo, total ou parcialmente, 287 municípios em Santa Catarina, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, e conta com mais de 3 milhões de unidades consumidoras. A Celesc D ainda é responsável pelo suprimento de energia elétrica para o atendimento de 4 concessionárias e 20 permissionárias, que atuam em municípios catarinenses.

2.1.1.1. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

a) Prorrogação da Concessão

A Celesc D assinou, em 9 de dezembro de 2015, o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica, com vigência de 30 anos, no qual consta que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

A Nota 5.3.1, letra c, apresenta a situação dos indicadores estabelecidos.

A partir do sexto ano subsequente à celebração do contrato, o descumprimento dos critérios de qualidade por 3 anos consecutivos, ou de gestão econômico-financeira por 2 anos consecutivos, provocará a abertura do processo de caducidade da concessão.

b) Reajuste Tarifário Anual de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, de 20 de agosto de 2019, homologou o Reajuste Tarifário Anual – RTA da Celesc D, aplicado a partir do dia 22 de agosto de 2019. O referido reajuste resultou em um efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, da ordem de -7,80%, sendo de -5,53%, em média, para os consumidores conectados na alta tensão e de -9,16%, em média, para os consumidores conectados na baixa tensão.

Notas Explicativas

Os Encargos Setoriais têm participação de -6,87%, os custos com transmissão participam com 1,43%, as despesas de energia impactam em -0,67%, as receitas irrecuperáveis contribuem com -0,05%, os custos da distribuidora participam com 0,86%, os componentes financeiros do processo atual acarretam com 3,18% e o efeito da retirada dos componentes financeiros do processo ordinário anterior é de -5,70%.

c) Bandeiras Tarifárias

As faixas de acionamento e os adicionais das bandeiras tarifárias vigentes são:

- i) Bandeira Verde: condições favoráveis de geração de energia. Tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- ii) Bandeira Amarela: R\$1,343 a cada 100 kwh (até Outubro/2019: R\$1,50 a cada 100 kwh);
- iii) Bandeira Vermelha no patamar 1: R\$4,169 a cada 100 kwh (até Outubro/2019: R\$4,00 a cada 100 kwh);
- iv) Bandeira Vermelha no patamar 2: R\$6,243 a cada 100 kwh (até Outubro/2019: R\$6,00 a cada 100 kwh).

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme o método Função de Distribuição Acumulada – FDA, definida no manual de Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET submódulo 6.8, pelos seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde: quantil estatístico da FDA associado à probabilidade de 75%;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 75% e 85%;
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha: intervalo da FDA compreendido entre os quantis 85% e 95%;
- iii-a) Patamar 1: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 85% e 90%; e
- iii-b) Patamar 2: valor médio amostral da FDA compreendido entre os quantis 90% e 95%.

O acionamento das bandeiras e os valores mensais da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, repassados à Celesc D, assim como os valores repassados da Celesc D à CCRBT para fins da liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, no ano de 2020 foram:

Mês	Bandeira	Repassa da CCRBT à Celesc D (R\$ mil)	Repassa da Celesc D à CCRBT (R\$ mil)	Nº dos Despachos ANEEL
Janeiro	Amarela	2.048	-	257/2020
Fevereiro	Verde	10.854	-	695/2020
Março	Verde	2.187	-	903/2020

d) Exposição Contratual de 2014 – Despachos ANEEL nºs 2.642/2015 e 2.078/2016

A Celesc D ingressou com ação Judicial, objetivando questionar o Despacho ANEEL nº 2.078/16, a fim de obter o reconhecimento integral de exposições contratuais como involuntárias ao mesmo tempo em que requereu a concessão de medida liminar para suspender a aplicação de redutor tarifário da ordem de R\$256,6 milhões, previsto para ser aplicado juntamente com a homologação do processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, que ocorreria até 22 de agosto de 2016.

Após o ingresso da ação judicial, a Celesc D obteve a concessão de liminar para afastamento da aplicação do redutor tarifário mencionado, esta decisão foi atendida pela ANEEL quando da homologação dos processos tarifários de 2016, 2017 e 2018.

Em junho de 2016, a Celesc D reconheceu no resultado o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutor da receita operacional bruta e R\$31.572 como despesa financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial passivo financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do passivo financeiro (Circulante) para provisão de contingência regulatória, por considerar que se trata de medida judicial ajuizada. Em dezembro de 2018 foi atualizado para R\$317.631.

Em 2019, a juíza titular do processo, após apreciar a manifestação da ANEEL quanto aos argumentos apresentados pela Celesc D, decidiu por manter a liminar anteriormente concedida. Ainda em 2019, antes de ocorrer o processo de Reajuste Tarifário Periódico – RTP de 2019 foi proferida sentença de mérito contrária a Celesc D. Diante dessa decisão restou à Celesc D recorrer para discutir o assunto em segunda instância, onde aguarda decisão de mérito dos Desembargadores.

Diante da decisão de mérito de primeira instância, em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, alocou no processo tarifário o valor do não repasse tarifário. A Distribuidora solicitou diferimento em 5 processos tarifários, a ANEEL então acatou parcialmente o pleito e homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 em um quinto do valor no reajuste tarifário de 2019, no montante de R\$65.768, para os próximos processos tarifários a agência avaliará a possibilidade de manutenção do diferimento. O saldo remanescente permanece como contingência regulatória, sendo que o saldo em março de 2020 atualizado é R\$272.541.

e) Reversão Item Financeiro: Reajuste Tarifário Extraordinário – RTE 2015 e CVA – CDE (RTA de 2015 e RTP de 2016)

Conforme salientado na Nota Técnica nº 194/2015-SGT/ANEEL 16, que instruiu o RTA de 2015 da Celesc D, a reversão do componente financeiro do RTE 2015 não foi realizada, em virtude da discussão judicial a respeito do pagamento das cotas e recebimentos dos subsídios da CDE. Da mesma forma não havia sido considerado nos processos tarifários anteriores a constituição de CVA – CDE relativa ao mesmo período.

Notas Explicativas

No processo tarifário de 2019, a ANEEL, por meio das Resoluções Homologatórias nº 2.231 de 25 de abril de 2017, nº 2.510 de 18 de dezembro de 2018 e nº 2.521 de 20 de março de 2019 homologando as cotas de CDE Uso, CDE Energia e CDE Energia (CONTA-ACR), reconheceu integralmente os valores apurados e contabilizados pela Celesc D conforme tabela abaixo.

Descrição	CDE Energia (CONTA-ACR)	CDE USO	CDE ENERGIA
De abril de 2019 a agosto de 2019	34.561	-	-
De agosto de 2018 a março de 2019	-	-	23.134
De janeiro de 2019 a março de 2019	-	65.447	-
De abril de 2019 a dezembro de 2019	-	88.581	-

Administrativamente, o acordo de parcelamento da CDE ainda não foi encerrado pela ANEEL, de forma que, foi inserido no processo uma observação que possibilita visitar os valores considerados, caso haja posição desfavorável nos processos.

O Item 28 do Voto atribuído ao Diretor-Relator do Processo possui a seguinte redação:

“Diante dos argumentos e dos documentos apresentados pela Concessionária, bem como da análise da Superintendência, conquanto a decisão esteja vigente, neste momento impõe-se acatar o pleito da Celesc-DIS, de tal forma que as diferenças entre pagamento e cobertura sejam apuradas nas datas de pagamento originais, naturalmente sem prejuízo de futura análise, eventualmente no processo administrativo específico nº 48500.003205/2017-9919, no cenário de decisão de mérito em processo judicial que seja desfavorável à concessionária.”

2.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G, constituída por escritura pública em 29 de setembro de 2006, conforme autorizado pela Lei Estadual nº 13.570, de 23 de novembro de 2005, é uma sociedade anônima de capital fechado.

A Celesc G é subsidiária integral do Grupo Celesc que atua nos segmentos de geração e transmissão de energia elétrica, por meio da operação, manutenção e expansão do parque próprio de geração e da participação em empreendimentos de geração e transmissão de energia em parcerias com investidores privados.

Em 31 de março de 2020, a Celesc G possuía um parque gerador próprio formado por 12 Usinas, das quais, 6 Usinas Hidrelétricas – UHEs, 5 Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs e 1 Pequena Central Hidrelétrica – PCH.

Ainda no segmento de geração, a Celesc G detém participação minoritária em mais 6 empreendimentos de geração desenvolvidos em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE, todos já em operação comercial.

A capacidade total de geração da Celesc G em operação comercial foi de 118,21 MW, sendo 106,97 MW referentes ao parque próprio e 11,24 MW referentes ao parque gerador estabelecido com parceiros, já proporcionalizada à participação acionária da Celesc G nesses empreendimentos.

2.1.2.1. Parque Gerador

2.1.2.1.1. Parque Gerador Próprio – 100% Celesc G

Parque Gerador Próprio – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Garantia Física em Cotas
UHE Pery	Curitiba/SC	09/07/2047	30,00	14,08	100%
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	16,70	70%
UHE Bracinho	Schroeder/SC	07/11/2046	15,00	8,80	70%
UHE Garcia	Angelina/SC	07/07/2045	8,92	7,10	70%
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	6,75	70%
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	3,99	70%
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	3,80	(**)
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	2,77	(**)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	(*)	2,60	2,03	(**)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	(*)	0,52	0,50	(**)
CGH Pirai	Joinville/SC	(*)	0,78	0,45	(**)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	(*)	0,42	0,22	(**)
Total			106,97	67,19	

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão (Lei Federal nº 13.360/2016)

(**) Não se aplica

2.1.2.1.2. Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Nos últimos anos, norteadas pelo posicionamento estratégico de aumentar a capacidade de geração própria, a Celesc G passou a investir na ampliação das usinas próprias e na expansão das parcerias para viabilizar projetos que visam à construção de novos empreendimentos. As tabelas a seguir apresentam os empreendimentos em desenvolvimento e os respectivos estágios.

Notas Explicativas

Quanto à garantia física (nova ou incremental), a meta é a de obter, em média, 55% de fator de capacidade, padrão observado para outros empreendimentos em operação com características similares.

Parque Gerador Próprio – Projetos de Expansão

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Inst. (MW)	Acréscimo de Pot. (MW)	Pot. Final (MW)	Prev. Ent. Operação	Status
PCH Celso Ramos	Faxinal dos Guedes/SC	17/03/2035	5,62	8,30	13,92	2021	Obras em execução
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	07/11/2046	6,28	23,00	29,28	(**)	Licenciamento Ambiental
UHE Cedros Etapas 1 e 2	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	8,40	4,50	12,90	(**)	Revisão de Projeto Básico
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	07/11/2046	24,60	0,75	25,35	(**)	Revisão de Projeto Básico
CGH Maruim	São José/SC	(*)	0,00	1,00	1,00	(**)	Licenciamento Ambiental
CGH Caveiras	Lages/SC	(*)	3,83	10,00	13,83	(**)	Em Estudo de Inventário
Total			48,73	47,55	96,28		

(*) Usinas com potência inferior a 5 MW estão dispensadas do ato de concessão.

(**) Depende de trâmites regulatórios

2.1.2.1.3. Novos Empreendimentos de Geração em Operação – Participação Minoritária

Parque Gerador com Participação Minoritária – Características Físicas

Usinas	Localização	Termo Final da Concessão	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Participação Celesc G	Equiv.de Pot. Inst. (MW)	Equiv. de Garantia Física (MW)
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	05/10/2040	9,60	5,48	32,5%	3,12	1,78
PCH Prata	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,68	26,0%	0,78	0,44
PCH Belmonte	Belmonte/SC	05/05/2039	3,60	1,84	26,0%	0,94	0,48
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	05/05/2039	3,00	1,76	26,0%	0,78	0,46
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	07/04/2040	6,08	3,54	40,0%	2,43	1,42
PCH Garça Branca	Anchieta/SC	13/03/2043	6,50	3,44	49,0%	3,19	1,69
Total			31,78	17,74		11,24	6,27

Todas as usinas do parque gerador próprio e em parceria participam do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, sistema de compartilhamento de riscos hidrológicos, onde as usinas participantes transferem a energia gerada excedente à sua garantia física às usinas que geraram abaixo.

A Celesc G também conta com um Centro de Operação da Geração – COG, que é responsável pela supervisão, acompanhamento e operação centralizada e remota das centrais geradoras da Celesc Geração. O COG opera e supervisiona todo o parque gerador próprio, em turnos que cobrem 24 horas por dia, sete dias por semana.

2.1.2.2. Empreendimentos de Transmissão

2.1.2.2.1. Empreendimento de Transmissão – Celesc G/EDP Energias do Brasil – Participação Minoritária

A Celesc G possui 10% de participação societária (90% sob controle da EDP Energias do Brasil) em um empreendimento de transmissão, denominado EDP Transmissão Aliança SC S.A., que tem por objeto implementar o lote 21 do Leilão nº 05/2016 da ANEEL, com investimentos previstos em R\$1,1 bilhão.

As instalações visam à expansão do sistema da região Sul e planalto do estado de Santa Catarina e permitirão ainda que a Celesc G conecte seu sistema de distribuição à nova estrutura, de forma a trazer benefícios diretos para regiões críticas em sistema energético do Estado. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial determinada é para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação. A SPE foi constituída em julho de 2017 e o Contrato de Concessão assinado em agosto do mesmo ano.

O empreendimento é composto por 5 trechos de Linhas de Transmissão e uma Subestação, conforme segue:

Descrição	Origem	Destino	Circuito	Extensão (km)	Tensão (KV)
LINHAS DE TRANSMISSÃO	SE Abdon Batista	SE Campos Novos	Simplex	39,8	525
	SE Siderópolis 2	SE Abdon Batista	Duplo	209	525
	SE Biguaçu	SE Siderópolis 2	Simplex	150,5	525
	SE Siderópolis 2	SE Siderópolis	Duplo	6,0	230
	SE Siderópolis 2	SE Forquilha	Simplex	27,8	230
Total				433,1	
SUBESTAÇÃO	SE Siderópolis 2				525/230

As licenças ambientais de instalação foram emitidas por trecho mais a subestação, totalizando 6, sendo 2 emitidas no início de 2019 e o restante ao final do ano. As obras foram iniciadas *pari passu* à emissão das licenças.

A tabela a seguir resume as principais informações do empreendimento:

Empreendimento	Localização	Termo Final da Concessão	Potência de Transformação (MVA)	Linhas de Transmissão (km)	Participação Celesc G
EDP – Transmissão Aliança SC	SC	11/08/2047	1.344	433	10,0%

Notas Explicativas

2.1.2.3. Ambiente Regulatório

a) Leilão de Usinas Amortizadas

Das 12 usinas que formam o parque próprio da Celesc G, 9 foram abrangidas pela Medida Provisória – MP nº 579/2012, convertida na Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013: UHE Palmeiras, UHE Bracinho, UHE Garcia, UHE Cedros, UHE Salto Weissbach, UHE Pery, PCH Celso Ramos, CGH Caveiras e CGH Ivo Silveira.

Com a entrada em vigor das Leis Federais nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015 e nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, tendo em vista as Usinas Ivo Silveira e Caveiras possuírem capacidade instalada inferior a 5 MW, ambas foram convertidas em CGH, por meio das Resoluções Autorizativas ANEEL nº 5.362 de 21 de julho de 2015 (Ivo Silveira) e nº 7.246 de 21 de agosto de 2018 (Caveiras). Com a finalidade de legitimar a mudança do regime de concessão, também foram assinados os termos aditivos ao Contrato Concessão nº 006/2013. Dessa forma, os efeitos da Lei Federal nº 12.783/2013 não recorrem sobre tais usinas.

Em 2015, o MME, por meio da Portaria nº 218, determinou que a ANEEL promovesse leilão para licitação das concessões de diversas usinas hidrelétricas, dentre as quais 5 de propriedade da Celesc G, para as quais os órgãos de governança da Companhia haviam deliberado pela não adesão aos termos de prorrogação antecipada das concessões, diante dos termos e condições estabelecidos na Lei Federal nº 12.783/2013.

Conforme regramento setorial estabelecido pela referida Lei, após o término da concessão, a usina é licitada na modalidade de receita por tarifa, estabelecida por meio da Receita Anual de Geração – RAG. Após a publicação da Medida Provisória nº 688/2015, as condições econômicas para participação do leilão tornaram-se consideravelmente mais atrativas, na medida em que foram incluídos à Remuneração Anual para a Gestão das Usinas – GAG-O&M e a Remuneração para Melhorias – GAG Melhoria, bem como o Retorno sobre Bônus de Outorga – RBO em taxa de 9,04% real ao ano. Em contrapartida, foi exigido o Bônus de Outorga como parcela do lance a ser realizado no leilão, cujo vencedor seria aquele que ofertasse o menor custo anual de gestão dos ativos de geração.

A Celesc G arrematou o Lote C, ofertando um deságio de 5,21% do preço teto definido para a gestão dos serviços de geração para o lote das 5 usinas, adicionado ao aporte financeiro de R\$228,6 milhões a título de Bônus de Outorga. Por fim, como resultado do leilão, a Celesc G assinou os Contratos de Concessão para Serviço de Geração nº 006/2016 e 007/2016, na data de 5 de janeiro de 2016. As Usinas Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto Weissbach, possuíam concessões anteriores ao leilão 12/15 ainda vigentes até a data de 7 de novembro de 2016, sendo que a partir desta data se iniciou a execução do novo Contrato de Concessão no regime de alocação de cotas de garantia física e de energia. Tais contratos possuem vigência de 30 anos.

A tabela abaixo apresenta a relação das usinas do Lote C arrematado pela Celesc G:

Usinas	Localidade	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Termo Final da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	16,70	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	8,80	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	7,10	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	6,75	07/11/2046
UHE Salto Weissbach	Blumenau/SC	6,28	3,99	07/11/2046
Total		63,20	43,34	

A energia gerada pelas usinas foi alocada no regime de cotas, que é o percentual da garantia física de energia e de potência da usina alocada às distribuidoras do Sistema Interligado Nacional – SIN. O regime de cotas foi de 100% da Garantia Física em 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

b) Prorrogação da Concessão da UHE Pery

Em relação à UHE Pery, havia discussão judicial quanto à possibilidade de prorrogação da concessão nos moldes anteriores à MP nº 579/2012, isto é, a fim de comercializar a sua energia totalmente no mercado livre, tendo em vista a Usina ter sido ampliada recentemente. Porém, em julho de 2017, após diversas análises e discussões, e considerando a mudança do cenário de rentabilidade, a Celesc G decidiu por prorrogar a concessão desta usina nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, regime de cotas, de modo que foram autorizadas as medidas judiciais necessárias para a extinção do processo judicial existente, incluindo os recursos relativos.

A concessão, dessa forma, foi prorrogada por 30 anos, vigorando a partir 10 de julho de 2017, com a alocação integral da energia no regime de cotas da garantia física de energia e de potência. A UHE já vem recebendo a GAG Melhoria junto à RAG, contudo, a indenização dos ativos não amortizados referentes à ampliação, concluída em 2013, que será paga à Celesc G ao longo do novo prazo de concessão, ainda está em definição pela ANEEL.

c) Ampliação da PCH Celso Ramos

A Celesc G obteve por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 5.078/2015 autorização para ampliação da PCH Celso Ramos da ordem de 7,2 MW (5,62 MW para 12,82 MW), bem como a prorrogação da concessão por 20 anos, condicionada à conclusão das obras até novembro de 2021.

Notas Explicativas

Em 2018, o projeto básico de ampliação da Usina foi revisto e consolidado, sendo que essa nova configuração prevê a instalação de novo circuito adutor, que contará com uma nova tomada de água, canal adutor, conduto forçado e com uma nova casa de força com duas unidades geradoras, UG-3 e UG-4, de 4,15 MW cada, totalizando o acréscimo de 8,3 MW no aproveitamento, passando de 7,2 MW para 8,3 MW e totalizando 13,92 MW de capacidade instalada.

Em 29 de março de 2019, a ANEEL emitiu o Despacho nº 939/2019, registrando a adequabilidade ao uso do potencial hidráulico da revisão do projeto básico da ampliação da PCH Celso Ramos, e homologando novos parâmetros necessários para definir a Garantia Física do empreendimento. Com a inscrição no 29º leilão de energia nova da ANEEL, a Empresa de Pesquisas Energéticas – EPE definiu a garantia física do projeto. As obras iniciaram em julho de 2019, estando com 30% concluída até março de 2020.

Destaca-se também que a Celesc G participou do leilão A-4 supracitado, tendo obtido êxito na comercialização da energia desse empreendimento, com a vigência iniciando em janeiro de 2023. O aviso de homologação e adjudicação do leilão nº 3/2019 foi publicado dia 3 de outubro de 2019.

d) Ampliação da UHE Salto Weissbach

Em 2018, foi aprovado pela ANEEL, por meio do Despacho nº 1.117, de 21 de maio de 2018, o projeto básico de Ampliação da UHE Salto Weissbach, localizada no município de Blumenau/SC. O projeto de ampliação prevê a construção de um novo circuito adutor em paralelo ao existente, com canal de adução, tomada d'água e casa de força com duas unidades geradoras de 11,5 MW cada, totalizando o acréscimo de 23 MW de potência instalada na Usina, passando para 29,28 MW.

Durante o ano de 2019 e no primeiro trimestre de 2020, a Celesc G discutiu com o IMA/SC aspectos relativos ao projeto, visando a obtenção da Licença Ambiental de Instalação – LAI para posterior envio para análise da Empresa de Pesquisa Energética – EPE.

Após a conclusão das etapas acima, a ANEEL deverá calcular a remuneração desse projeto, cuja energia será dedicada integralmente ao regime de cotas, para que a Empresa possa dar encaminhamento às etapas de viabilização financeira, licitação e construção.

e) Ampliação CGH Caveiras

Em 2018, a Celesc G protocolou na ANEEL o requerimento para a realização de estudos de inventário para o trecho do rio onde se encontra instalada a CGH Caveiras, com vistas a promover a ampliação da sua capacidade instalada. No mesmo ano, por meio do Despacho nº 3.005/2018, conferiu o registro de inventário à Celesc G, pelo prazo de 630 dias, contados da sua publicação.

Em 2019, a Celesc G contratou os serviços para realização do estudo de inventário do Rio Caveiras, com previsão de entrega no segundo semestre de 2020. Após a aprovação do estudo de inventário, o projeto seguirá com a revisão e consolidação do projeto básico e respectiva aprovação pela ANEEL, estudo de viabilidade ambiental e obtenção das licenças (prévia e de instalação) junto ao IMA/SC, obtenção da viabilidade financeira e aprovação do plano de negócios pela Empresa, licitação das obras, construção e somente então a operação comercial.

f) Reativação da CGH Maruim

A CGH Maruim, construída em 1910, está localizada no município de São José/SC. Considerada uma das usinas hidrelétricas mais antigas do país, está desativada desde 1972 e é objeto da Celesc G o projeto para reativação.

Em 2018, a Celesc G promoveu a revisão e consolidação do projeto básico, sendo que essa nova configuração prevê uma capacidade instalada de 1 MW, utilizando a casa de força existente, tombada como patrimônio histórico desde 2005.

Em 2020, a Celesc G manteve tratativas junto ao IMA/SC visando a emissão da Licença Ambiental de Instalação – LAI para dar continuidade às próximas etapas para implementação do projeto.

g) Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

A Celesc G, assim como a maioria das geradoras no País, busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

O GSF representa um índice que expressa a razão entre o somatório de toda a energia produzida pelas usinas hidrelétricas integrantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, e o somatório das garantias físicas das usinas.

Desde agosto de 2015, a Celesc G detém liminar que determina à CCEE limitar a incidência do GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física, inclusive afastando qualquer cobrança ou rateio decorrentes do Fator de Ajuste GSF ou provenientes de outros processos judiciais.

Notas Explicativas

Em agosto de 2018 o Juízo competente para julgar a ação ordinária suscitou o Incidente de Demandas Repetitivas – IRDR nos autos nº 1015846-64.2017.4.01.3400 perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, suspendendo o processo por 60 dias. Atualmente o IRDR está aguardando a admissão pelo TRF da 1ª Região. Caso restar admitido o IRDR, o relator determinará a suspensão de todos os processos com a mesma matéria, pelo prazo máximo de 1 (um) ano. Julgado o IRDR a tese jurídica será aplicada pelos demais juízes aos casos idênticos em tramitação. Em junho de 2019 foi publicado despacho pelo Juízo competente, determinando a suspensão por mais 60 dias, considerando a não apreciação do IRDR pelo TRF1. Até 31 de março de 2020 não houve alteração no andamento processual.

O Governo Federal vem buscando alternativas para resolver o grande impasse de ordem jurídica vigente, que constituem significativos impactos financeiros aos agentes do setor elétrico. Recentemente o Governo lançou proposta de contrapartidas aos agentes de geração por intermédio da Medida Provisória nº 814/2018, que está atualmente em tramitação no Congresso Nacional.

Nesse contexto, a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, mantendo monitoramento permanente sobre o andamento do processo, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

h) EDP Transmissão Aliança SC S.A.

A implantação de reforços e melhorias nas instalações de transmissão é obrigação das concessionárias do serviço de transmissão e está prevista no Contrato de Concessão nº 39/2017 celebrado entre a EDP Transmissão Aliança SC S.A. e a ANEEL.

Em 10 de janeiro de 2019, a ANEEL enviou à EDP Transmissão Aliança SC S.A. o ofício nº 011/2019 informando que consta do Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica 2018 – POTE 2018, emitido pelo Ministério de Minas e Energia – MME, a instalação do terceiro autotransformador 525/230 kV, 3 X 224 MVA monofásico na SE Siderópolis 2, com data de necessidade em dezembro de 2022, cuja implantação é de responsabilidade da EDP Transmissão Aliança SC S.A., solicitando o envio de informações técnicas e financeiras detalhadas relativas a esta melhoria até 30 de abril de 2019.

Após o atendimento ao solicitado pela ANEEL, em 31 de julho de 2019 a ANEEL emitiu a Nota Técnica nº 501/2019 autorizando a implantação do reforço. Diante disso, a SPE deliberou por ampliar o escopo do contrato vigente para construção da SE Siderópolis (projeto original), iniciando imediatamente a implantação do reforço de forma simultânea à da SE, minimizando os impactos ambientais e fundiários e mitigando os riscos do trabalho executado.

O investimento previsto pela ANEEL é de R\$42 milhões e estabelece uma Receita Anual Permitida – RAP no montante de R\$5 milhões.

i) Reajuste da Receita Anual da Geração – RAG de 2019

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.587 de 23 de julho de 2019, homologou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2019 a 30 de junho de 2020.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usinas	Receita Anual (R\$) Ciclo 2019/2020	Receita Mensal (R\$) Ciclo 2019/2020
UHE Pery	9.813.481,68	817.790,14
UHE Garcia	10.122.039,41	843.503,28
UHE Bracinho	13.113.790,03	1.092.815,84
UHE Cedros	9.595.876,71	799.656,39
UHE Palmeiras	20.085.497,84	1.673.791,49
UHE Salto	6.818.340,73	568.195,06

j) Plano de Segurança de Barragens – PSB e Plano de Ação de Emergência – PAE

O PSB apresenta as condições, características e regras operacionais de cada barragem. Já o PAE fornece as estratégias em situações de emergências. Em 2017 a Celesc G concluiu os PSBs e os PAEs das usinas e encaminhou ao órgão regulador e entidades relacionadas.

Em 2019, a Celesc G deu continuidade ao PAE e realizou reunião com as Defesas Civas de Angelina (Usina Garcia), Blumenau (Usina Salto Weissbach), Rio dos Cedros (Usinas Cedros e Palmeiras) e Schroeder (Usina Bracinho).

No mesmo ano, a Celesc G contratou empresa para elaboração e emissão de laudo de segurança de barragens a fim de corroborar com a constatação de que as barragens estão em condições normais de operação, não apresentando anomalias significativas que as coloquem em condição de risco. A previsão para conclusão dos serviços e entrega dos laudos é no segundo semestre de 2020.

Notas Explicativas

2.2. Demais Participações

2.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS é a 2ª maior distribuidora de gás canalizado em número de municípios atendidos no Brasil. Santa Catarina é o 3º Estado com maior rede de distribuição de gás natural (1.213,0 km) e o 3º com maior número de indústrias atendidas com gás natural (281), além de ter a 3ª maior rede de postos de gás veicular (GNV/GNC) do país (133).

Com 100% da concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás natural no território catarinense, a empresa comercializa e distribui, diariamente, 1,9 milhão de m³ de gás natural para 13,5 mil clientes.

A SCGÁS possui contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado, firmado em 28 de março de 1994, com vigência de 50 anos (2044). A Celesc detém 51,0% das ações ordinárias, a Petrobras Gás S.A. – Gaspetro 23,0%, a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás 23,0% e a Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás 3,0%. A participação no capital social total é a seguinte: Celesc 17,0%, Gaspetro 41,0%, Mitsui Gás 41,0% e a Infragás 1,0%.

Destaca-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, ajuizou ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento autuada sob o nº 0011447-19.2013.8.24.0023, em face de SCGÁS, Gaspetro, Mitsui Gás e Infragás, questionando alteração no capital social e o acordo de acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJ/SC, por meio de acórdão da 3ª Câmara de Direito Público decidiu em 24 de abril de 2018, dar provimento aos recursos de Gaspetro, Mitsui Gás e SCGÁS, reformando a sentença favorável ao Estado de Santa Catarina e a Celesc considerando legais as alterações estatutárias e acordo de acionista. Desta decisão o Estado de Santa Catarina interpôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 6 de setembro de 2018. Na sequência, o Estado de Santa Catarina e a Celesc interuseram recurso especial ao STJ e o Estado de Santa Catarina interpôs também recurso extraordinário ao STF. No momento, o recurso especial tramita no STJ sob nº 1851431/SC e aguarda designação de novo relator desde 18 de dezembro de 2019. O recurso extraordinário teve sua admissibilidade negada, sendo manejado pelo Estado de Santa Catarina o respectivo agravo de instrumento para o STF.

2.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE

Constituída com o propósito específico de explorar linhas de transmissão de energia elétrica nas regiões Sul, Sudeste e litoral de Santa Catarina, a empresa é concessionária da linha de transmissão SE Campos Novos/SC – SE Blumenau/SC, com 252,5 km de extensão. A linha é responsável pelo transporte de cerca de 20% da energia assegurada para suprimento da demanda na área de concessão da Celesc D. A ECTE, por meio de sua subsidiária Empresa de Transmissão Serrana S.A. – ETSE, possui a concessão de transmissão da SE Abdon Batista (525/230 kV) e da SE Gaspar (230/138 kV).

A coligada ECTE detém contrato de concessão de transmissão de energia elétrica datado de 1º de novembro de 2000, com prazo de vigência de 30 anos. Para a sua subsidiária ETSE, o contrato de concessão de transmissão de energia elétrica tem data de 10 de maio de 2012, com prazo de vigência de 30 anos. A Celesc detém 30,88% do capital social da empresa. Os demais sócios são Alupar, com 50,02%, e TAESA, com 19,10%.

2.2.3. Dona Francisca Energética S.A – DFESA

Concessionária produtora independente de energia elétrica, a DFESA é proprietária da Usina Hidrelétrica Dona Francisca, construída no rio Jacuí, no Rio Grande do Sul, com capacidade instalada de 125 MW e energia assegurada de 80 MW.

O empreendimento foi inaugurado em maio de 2001. A coligada DFESA detém contrato de concessão datado de 28 de agosto de 1998, com prazo de vigência de 35 anos. A Celesc detém 23,03% do capital social da empresa, a Gerdau 51,82%, a COPEL 23,03 e Statkraft, com 2,12%.

2.2.4. Companhia Catarinense de Água e Saneamento – Casan

Sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, a função da Casan é planejar, executar, operar e explorar os serviços de abastecimento de água potável e saneamento em suas áreas de concessões (municipal). Atualmente, os serviços prestados pela empresa abrangem 193 municípios catarinenses e um no Paraná, atendendo uma população de aproximadamente 2,7 milhões de pessoas com água tratada e 650 mil com coleta, tratamento e destino final de esgoto sanitário. A Celesc é detentora de 15,483% do capital social total da empresa, já o Estado de Santa Catarina possui 64,206%, a SC Participações e Parcerias 18,026%, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A. – Codesc 2,282% e Outros 0,003%. O investimento na Casan está classificado nas Demonstrações Financeiras da Companhia como Valor Justo Por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA.

Notas Explicativas

2.2.5. Usina Hidrelétrica Cubatão S.A.

Sociedade de Propósito Específico – SPE, constituída em 1996, para implantação da Usina Hidrelétrica Cubatão, em Joinville/SC. Com histórico de entraves ambientais, indeferimento ao pleito de postergação do período de concessão e consequente inviabilidade econômica para o desenvolvimento do projeto, o empreendimento solicitou a ANEEL a rescisão amigável do Contrato de Concessão nº 04/1996 (Processo ANEEL nº 48100.003800/1995-89).

Por meio da Portaria nº 310, de 27 de julho de 2018, o Ministério de Minas e Energia – MME, na qual se decide extinguir a concessão para o aproveitamento de Energia Hidráulica denominado UHE Cubatão, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração – CEG: UHE.PH.SC.027062-8.01. Reconhece, ainda, não haver bens reversíveis vinculados à concessão, nem ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL. A Celesc possui 40% do Capital Social da empresa, Inepar S.A. 40%, e a Statkraft Energias Renováveis S.A. 20%. O investimento na referida Usina está integralmente provisionado como desvalorização em participação societária. A SPE vem tratando dos aspectos societários para sua dissolução.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

As bases de preparações aplicadas nestas Informações Trimestrais, Individuais e Consolidadas, são descritas a seguir:

3.1. Declaração de Conformidade

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*).

A emissão das Informações Financeiras Intermediárias foi autorizada pela Diretoria Executiva em 28 de abril 2020.

3.2. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Informações Trimestrais Intermediárias, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

3.3. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas podem causar ajustes relevantes nos valores patrimoniais e de resultado para os próximos períodos, impactando nas seguintes mensurações:

- a) Valor Justo de Instrumentos Financeiros; (Nota 5.7);
- b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD (Nota 9);
- c) Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga; (Nota 13.2);
- d) *Impairment* de Ativos Não Financeiros; (Notas 18 e 19);
- e) Realização do IRPJ e CSLL Diferidos; (Nota 17);
- f) Contingências; (Nota 27);
- g) Passivo Atuarial – CPC 33 (Nota 28);
- h) Receita Não Faturada – Celesc D (Nota 9 – letra a e 31.1);
- i) Depreciação – Celesc G (Nota 19); e
- j) Amortização do Ativo Indenizável – Celesc D (Nota 20).

4. POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, contemplando a adoção dos pronunciamentos contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2020.

4.1. Base de Mensuração

As Informações Trimestrais Intermediárias, Individuais e Consolidadas, foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA e ao Valor Justo por meio do Resultado – VJR reconhecidos no Balanço Patrimonial.

Notas Explicativas

4.2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou suas políticas contábeis, objetivando a melhor apresentação dos seus resultados, operacional e financeiro. Como resultado dessas mudanças, as Demonstrações Financeiras do exercício anterior estão sendo reapresentadas.

Para fins de comparabilidade, foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes ao Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (*IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*), no CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (*IAS 1 – Presentation of Financial Statements*) e no CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária (*IAS 34 Interim Financial Reporting*). Vale ressaltar que, mesmo havendo reclassificações no Balanço Patrimonial, não houve qualquer alteração na Demonstração do Fluxo de Caixa.

A Companhia decidiu suprimir as rubricas “Partes Relacionadas” do Balanço Patrimonial, tanto no Ativo quanto no Passivo, somando-as em “Outros”, por entender que existem outros valores que também fazem parte do mesmo contexto e que estavam demonstrados em rubricas específicas (Nota 16, item b). Os efeitos dessas reapresentações são demonstrados a seguir:

Ativo	Controladora			Consolidado		
	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)
Circulante	111.201	-	111.201	2.358.072	-	2.358.072
Caixa e Equivalentes de Caixa	28.451	-	28.451	566.181	-	566.181
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	1.421.771	-	1.421.771
Estoques	-	-	-	14.696	-	14.696
Tributos a Recuperar	10.905	-	10.905	68.579	-	68.579
Dividendos e JCP a Receber	71.817	-	71.817	7.114	-	7.114
Ativo Financeiro (CVA e Bonificação de Outorga)	-	-	-	32.597	-	32.597
Subsídio Decreto nº 7891/2013	-	-	-	53.236	-	53.236
Outros	28	-	28	193.898	-	193.898
Não Circulante	1.379.986	-	1.379.986	7.140.185	-	7.140.185
Realizável a Longo Prazo	160.819	-	160.819	3.261.941	-	3.261.941
Títulos e Valores Mobiliários	137.478	-	137.478	137.478	-	137.478
Contas a Receber de Clientes	-	-	-	44.683	-	44.683
Partes Relacionadas	-	-	-	488	(488)	-
Tributos Diferidos	-	-	-	1.004.094	-	1.004.094
Tributos a Recuperar	-	-	-	1.092.845	-	1.092.845
Depósitos Judiciais	23.341	-	23.341	171.054	-	171.054
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	-	-	525.964	-	525.964
Ativo Financeiro (CVA e Bonificação de Outorga)	-	-	-	270.791	-	270.791
Adiantamento Futuro Aumento Capital	-	-	-	10.000	-	10.000
Outros	-	-	-	4.544	488	5.032
Investimentos	1.213.703	-	1.213.703	246.572	-	246.572
Imobilizado	18	-	18	174.796	-	174.796
Intangível	5.446	-	5.446	3.456.876	-	3.456.876
Total do Ativo	1.491.187	-	1.491.187	9.498.257	-	9.498.257

Passivo	Controladora			Consolidado		
	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)	31.12.2019	Reclassificação	31.12.2019 (Reapresentado)
Circulante	79.525	-	79.525	2.427.690	-	2.427.690
Fornecedores	1.028	-	1.028	996.725	-	996.725
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	-	-	-	377.317	-	377.317
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	-	-	-	6.306	-	6.306
Debêntures	-	-	-	105.133	-	105.133
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	632	-	632	212.148	-	212.148
Tributos a Recolher	9.855	-	9.855	209.296	-	209.296
Dividendos e JCP Propostos	67.683	-	67.683	67.683	-	67.683
Taxas Regulamentares	-	-	-	166.014	-	166.014
Partes Relacionadas	53	(53)	-	18.884	(18.884)	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	-	-	-	176.528	-	176.528
Passivo Financeiro (CVA)	-	-	-	25.142	-	25.142
Outros	274	53	327	66.514	18.884	85.398
Não Circulante	4.538	-	4.538	5.663.443	-	5.663.443
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional	-	-	-	435.718	-	435.718
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira	-	-	-	468.290	-	468.290
Debêntures	-	-	-	268.812	-	268.812
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-	-	-	48.186	-	48.186
Tributos Diferidos	-	-	-	19.596	-	19.596
Taxas Regulamentares	-	-	-	189.425	-	189.425
Provisão p/ Contingências	4.538	-	4.538	506.230	-	506.230
Passivo Atuarial (CPC 33)	-	-	-	2.661.948	-	2.661.948
PIS/COFINS a Restituir a Consumidores	-	-	-	1.065.238	-	1.065.238
Patrimônio Líquido	1.407.124	-	1.407.124	1.407.124	-	1.407.124
Capital Social	1.340.000	-	1.340.000	1.340.000	-	1.340.000
Reservas de Capital	316	-	316	316	-	316
Reservas de Lucros	1.521.681	-	1.521.681	1.521.681	-	1.521.681
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.454.873)	-	(1.454.873)	(1.454.873)	-	(1.454.873)
Total do Passivo	1.491.187	-	1.491.187	9.498.257	-	9.498.257

Notas Explicativas

5. GESTÃO DE RISCO

A Diretoria de Planejamento, Controles e *Compliance* – DPL da Companhia desenvolve a gestão estratégica de riscos e controles internos, elaborando o mapa de riscos estratégicos, modelando estes riscos para mitigá-los por meio de planos de ação, objetivando, assim, o alcance das estratégias de longo prazo da Companhia.

5.1. Classe de Risco Financeiro

5.1.1. Categoria Crédito

a) Inadimplência

Risco de comprometimento do planejamento econômico financeiro pelo não recebimento da receita faturada, por deficiências de comunicação, entrega e cobrança em relação aos clientes.

5.1.2. Categoria Liquidez

a) Capital de Terceiros

Risco da impossibilidade ou indisponibilidade de obter capital de terceiros junto ao mercado ou de impactos devido ao vencimento antecipado de dívidas junto ao mercado financeiro ou pela variação intempestiva e não planejada nas taxas de juros e câmbio.

b) Fluxo de Caixa

Risco de baixa liquidez financeira seja pela baixa arrecadação, impossibilidade de captação, inadimplência, excesso de despesas e/ou investimentos, para cumprir compromissos financeiros e a estratégia do negócio.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados em 31 de março de 2020.

Consolidado						
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos
Contas a Receber		1.485.934	46.980	28.245	39.322	3.036
Caixa e Equivalente de Caixa		341.759	-	-	-	-
Depósitos Judiciais		-	-	-	179.007	-
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)		53.236	-	-	-	-
Bonificação Outorga	IPCA	2.837	5.602	24.773	108.777	186.740
Total Ativo		1.883.766	52.582	53.018	327.106	189.776
Empréstimos Bancário CDI	CDI + 0,8% a 1,30%	2.163	36.158	244.488	344.057	-
Empréstimo Bancário	7,40% a.a.	150.805	-	-	-	-
Eletrobras	5% a.a.	256	147	666	4.107	-
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	718	1.331	5.615	10.490	-
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3% a.a. a 1,9% a.a.	19.523	-	49.863	172.742	-
Debêntures – Celesc G	CDI + 2,5% a.a.	-	610	35.054	82.186	-
Fornecedores		515.445	316.107	1.413	-	-
Passivo Financeiro – CVA	Selic	1.145	2.293	10.438	39.477	-
Reserva Matemática a Amortizar	IPCA + 6% a.a.	12.732	11.072	51.509	308.430	-
BID	CDI + 0,89% a.a.	13.492	-	-	27.298	604.668
Total Passivo		716.279	367.718	399.046	988.787	604.668
						3.076.498

c) Atuarial

Risco de perdas financeiras em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia, como patrocinadora do fundo de pensão de seus empregados, por definição de taxa atuarial equivocada, gestão inadequada, ou em desacordo com as práticas de mercado, ou ainda por flutuações inesperadas de variáveis de mercado.

5.2. Classe de Risco Operacional

5.2.1. Categoria Gestão

a) Investimentos

Risco de perdas pelo não cumprimento de cronogramas, taxas de retorno insuficientes, desembolsos imprevistos e apropriação incorreta de recursos.

5.2.2. Categoria Processo

a) Resguardo de Ativos

Risco de perdas financeiras decorrentes da falta de mecanismos de proteção, sinistros e/ou acessos não autorizados.

Notas Explicativas

b) Perdas

Risco de redução de receita em função da ultrapassagem, das perdas técnicas e/ou não técnicas, acima dos limites reconhecidos na tarifa pela ANEEL.

c) Contratação de Energia da Distribuidora

Risco de não repasse tarifário integral do custo de energia contratada e penalidades devido a contratação fora dos limites regulatórios.

5.2.3. Categoria Pessoal

a) Saúde e Segurança

Risco de passivos trabalhistas, interdição das atividades e afastamento ou morte de trabalhadores provocados por não cumprimento de normas legais, ausência de treinamento e ausência de equipamentos de proteção adequados.

b) Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Risco de perdas pelas limitações dos mecanismos de contratação e retenção dos colaboradores ou incapacidade de promover o desenvolvimento dos profissionais do grupo tornando a força de trabalho disponível desatualizada e incapaz de desenvolver os desafios da estratégia.

5.2.4. Categoria Informação e Tecnologia

a) Cibernético e Infraestrutura de TI

Risco de perdas ou danos decorrentes do acesso não autorizado a dados e informações críticas devido à políticas e parâmetros de segurança inadequados, ou má intenção de usuários, bem como pela capacidade de processamento de sistemas ou falhas/morosidades nas operações dos sistemas disponíveis e proteção inadequada/salvaguarda física dos ativos de rede.

5.3. Classe de Risco de Compliance

5.3.1. Categoria Regulatório/Legal

a) Socioambiental

Risco de perdas decorrentes de políticas e práticas ambientais e sociais em desacordo com a legislação (descumprimento deliberado, desconhecimento das leis e falhas operacionais), expondo a Companhia a autuação de órgãos fiscalizadores, não obtenção de licenças e desgaste de imagem.

b) Revisão Tarifária

Risco de perdas na remuneração contida na chamada Parcela B, que representa os custos gerenciáveis da Companhia, assim como o risco de perdas na remuneração contida na Parcela A para as receitas irrecuperáveis e para as perdas de energia elétrica, provocadas pelo não cumprimento das exigências regulatórias estabelecidas pela ANEEL ou por alterações na metodologia aplicadas no processo de revisão tarifária, resultando em tarifas inferiores às esperadas e acarretando na redução da margem das distribuidoras.

c) Extinção da Concessão de Distribuição

Risco de extinção do Contrato de Concessão para exploração do serviço público de distribuição de energia elétrica pelo não cumprimento dos limites estabelecidos no aditivo ao Contrato de Concessão da distribuidora, para os indicadores coletivos de continuidade e sustentabilidade econômico-financeira, cujas obrigações são as seguintes:

Indicadores de Qualidade Técnicos: redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Indicadores Financeiros: EBITDA, (EBITDA – QRR), (Dívida Líquida/EBITDA – QRR). Em 2017 o EBITDA deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 (EBITDA – QRR) maior ou igual a 0 (zero). Em relação a (Dívida Líquida/ EBITDA – QRR) o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a $(1/0,8 * \text{Selic})$ e em 2020 menor ou igual a $(1/1,11 * \text{Selic})$, nos dois casos a Selic é limitada a 12,87%. Para o ano de 2019, A relação (Dívida Líquida/EBITDA – QRR) da Celesc D, ajustado pelos itens mencionados no 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, é de 8,58x, sendo a meta estabelecida pela ANEEL menor ou igual a 21,04.

Notas Explicativas

ANO	GESTÃO ECONÔMICA FINANCEIRA	Indicadores de Qualidade (Limite Estabelecido)		VERIFICAÇÃO
		DECI ¹	FECi ²	
2016		14,77	11,04	ATENDIDO
2017	LAJIDA>0	13,79	10,44	ATENDIDO
2018	{LAJIDA (-) QRR}≥0	12,58	9,84	ATENDIDO
2019	{DIVIDA LIQUIDA/[LAJIDA (-) QRR ³]}≤1/0,8*Selic ⁴	11,56	9,25	ATENDIDO
2020	DIVIDA LIQUIDA/LAJIDA (-) QRR}<1/1,11*Selic	11,30	8,65	

¹DECI: Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

²FECi: Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora;

³QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, acrescida do IGP-M entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12(doze) meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira;

⁴Selic: limitada a 12,87% a.a.

d) Geração de Energia

Risco de extinção da prorrogação do Contrato de Concessão da PCH Celso Ramos em decorrência da obrigatoriedade da entrada em operação comercial até 2021 de duas novas unidades geradoras a serem construídas pela Celesc G.

e) Regulação do Setor Elétrico

Risco de sanções administrativas aplicadas pela ANEEL diante da inadequação dos processos internos, perda de valor em função de alterações na legislação que sejam desalinhadas com interesses estratégicos da Companhia, e exposição às políticas governamentais definidas para o setor, bem como às interferências de órgãos externos.

f) Fraude

Risco de perdas financeiras, danos à imagem, queda de qualidade dos serviços e sanções legais devido a ocorrências de fraudes, internas ou externas, causadas por empregados ou terceiros, devido a falhas de controle ou conluio.

g) Ações Judiciais

Risco de perdas provocado por práticas em desacordo com a legislação brasileira e Termos de Ajustamento de Conduta – TAC ou deficiências internas que dificultam ou impossibilitam a construção de defesa.

5.4. Classe de Risco Estratégico

5.4.1. Categoria Governança

a) Imagem

Risco de queda no nível de reputação da Companhia perante os principais *stakeholders*.

5.4.2. Categoria Estratégia

a) Inovação

Risco de perda de vantagem competitiva pela dificuldade de desenvolver e/ou implantar novas tecnologias, comprometendo diversos aspectos como acesso a novos mercados, maximização de receitas, aquisição de novos conhecimentos, valoração da marca e sustentabilidade empresarial.

5.5. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 31 de março de 2020:

Notas Explicativas

					Consolidado
Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI			3,31%	4,14%	4,97%
	Aplicações Financeiras (Nota 8)	257.860	8.535	10.675	12.816
	Empréstimos (Nota 22)	(1.093.910)	(36.208)	(1.198)	(40)
	Debêntures (Nota 23.5)	(348.053)	(11.521)	(14.409)	(17.298)
Selic			3,96%	4,95%	5,94%
	Ativo Financeiro – CVA (Nota 13.1)	(49.540)	(1.962)	(2.452)	(2.943)
IPCA			3,30%	4,13%	4,95%
	Ativo Financeiro Indenizável – Concessão (Nota 14)	234.046	7.724	9.666	11.585
	Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga (Nota 13.2)	291.947	9.634	12.057	14.451
	Reserva Matemática a Amortizar	(366.594)	(12.098)	(15.140)	(18.146)

5.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, (incluindo empréstimo de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

A tabela abaixo apresenta o Índice de Alavancagem Financeira:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Nacional (Nota 22)	784.862	813.035
Empréstimos e Financiamentos – Moeda Estrangeira (Nota 22)	481.748	474.596
Debêntures (Nota 23.5)	348.053	373.945
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 8)	(341.759)	(566.181)
Dívida Líquida	1.272.904	1.095.395
Total do Patrimônio Líquido	1.551.159	1.407.124
Total do Capital	2.824.063	2.502.519
Índice de Alavancagem Financeira (%)	45,07%	43,77%

5.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 46 – Mensuração ao Valor Justo para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2020. O valor contábil é próximo ao valor justo dos ativos e passivos financeiros. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 3	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes – VJORA		
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 15)	137.261	137.261
Outros	217	217
Valor Justo por Meio do Resultado – VJR		
Ativo Indenizável – Concessão (Nota 14)	481.838	525.964
Total do Ativo	619.316	663.442

Notas Explicativas

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

a) Abordagem de Mercado; b) Abordagem de Custo; c) Abordagem de Receita; d) Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de março de 2020.

Consolidado				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo p/ Meio do Resultado	Valor Justo p/ Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	3.101.435	481.838	137.478	3.720.751
Caixa e Equivalentes de Caixa	341.759	-	-	341.759
Contas a Receber de Clientes	2.285.026	-	-	2.285.026
Depósitos Judiciais	179.007	-	-	179.007
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	53.236	-	-	53.236
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	481.838	-	481.838
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	291.947	-	-	291.947
Ativo Financeiro – CVA	(49.540)	-	-	(49.540)
Outros	-	-	217	217
Passivo	2.814.222	-	-	2.814.222
Fornecedores	832.965	-	-	832.965
Eletrobrás	4.690	-	-	4.690
Empréstimos Moeda Nacional	780.172	-	-	780.172
Empréstimo Moeda Estrangeira	481.748	-	-	481.748
Debêntures	348.053	-	-	348.053
Reserva Matemática a Amortizar	366.594	-	-	366.594

A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros por categoria em 31 de dezembro de 2019.

Consolidado				
Descrição	Custo Amortizado	Valor Justo p/ Meio do Resultado	Valor Justo p/ Meio de Outros Resultados Abrangentes	Total
Ativo	3.211.248	525.964	137.478	3.874.690
Caixa e Equivalentes de Caixa	566.181	-	-	566.181
Contas a Receber de Clientes	2.142.043	-	-	2.142.043
Partes Relacionadas	488	-	-	488
Depósitos Judiciais	171.054	-	-	171.054
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	53.236	-	-	53.236
Títulos e Valores Mobiliários	-	-	137.261	137.261
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	-	525.964	-	525.964
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	290.710	-	-	290.710
Ativo Financeiro – CVA	(12.464)	-	-	(12.464)
Outros	-	-	217	217
Passivo	3.053.936	-	-	3.053.936
Fornecedores	996.725	-	-	996.725
Eletrobrás	5.438	-	-	5.438
Empréstimos Moeda Nacional	807.597	-	-	807.597
Empréstimo Moeda Estrangeira	474.596	-	-	474.596
Debêntures	373.945	-	-	373.945
Partes Relacionadas	18.831	-	-	18.831
Reserva Matemática a Amortizar	376.804	-	-	376.804

7. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações internas de cessão de limites de crédito.

Consolidado		
Contas a Receber de Clientes	31.03.2020	31.12.2019
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	743.271	739.524
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	837.364	706.825
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	704.391	695.694
Total	2.285.026	2.142.043

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são consideradas de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

Notas Explicativas

8. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Recursos em Banco e em Caixa	27	3.234	83.899	108.587
Aplicações Financeiras	14.328	25.217	257.860	457.594
Total	14.355	28.451	341.759	566.181

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 95,5% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Vincendas	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				31.03.2020	31.12.2019
Consumidores	1.061.332	309.318	621.582	1.992.232	1.884.734
Residencial	251.548	173.642	105.231	530.421	446.134
Industrial	95.256	46.234	364.911	506.401	493.335
Comércio	142.106	67.753	114.065	323.924	286.334
Rural	37.788	20.139	9.727	67.654	58.220
Poder Público	45.933	1.189	9.339	56.461	51.345
Iluminação Pública	16.653	8	16.944	33.605	35.870
Serviço Público	18.758	353	1.365	20.476	18.869
Fornecimento não Faturado	453.290	-	-	453.290	494.627
Suprimento a Outras Concessionárias	197.686	19.339	75.769	292.794	257.309
Concessionárias e Permissionárias	170.861	19.339	19.065	209.265	174.245
Transações no Âmbito da CCEE	20.090	-	33.071	53.161	55.845
Outros Créditos	-	-	23.633	23.633	20.484
Concessionárias e Permissionárias não Faturado	6.735	-	-	6.735	6.735
Total	1.259.018	328.657	697.351	2.285.026	2.142.043
PECLD com Clientes (b)				(681.509)	(675.589)
Total Contas a Receber de Clientes – Líquido				1.603.517	1.466.454
Circulante				1.561.159	1.421.771
Não Circulante				42.358	44.683

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD

As perdas estimadas sobre os valores vencidos são constituídas em virtude de aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

A Celesc G, além das inadimplências geradas pelos contratos bilaterais, está sujeita às inadimplências ocorridas no mercado de energia elétrica do sistema interligado nacional, nas quais estas são gerenciadas e contabilizadas pela CCEE e são rateadas entre os agentes de mercado.

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Consumidores	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Residencial	105.223	104.230
Industrial	233.591	232.255
Têxtil (i)	114.614	114.614
Comércio, Serviços e Outras	113.345	110.284
Rural	8.758	8.569
Poder Público	11.281	11.405
Iluminação Pública	16.481	16.481
Serviço Público	1.365	1.356
Concessionárias e Permissionárias (ii)	49.254	49.087
Consumidores Livres	1.312	1.312
Outros	26.285	25.996
Total	681.509	675.589
Circulante	566.895	560.975
Não Circulante	114.614	114.614

Notas Explicativas

b.1) Movimentação

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2019	675.589
Provisão Constituída no Período	9.286
Baixas de Contas a Receber	(3.366)
Saldo em 31.03.2020	681.509

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil Renaux View S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231. Em 2017, a Celesc D, considerando a possibilidade de não receber os valores da empresa Buettner S.A, reverteu o provisionamento realizado em 2011 e lançou para perdas o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888. A Celesc D recebeu referente a recuperação judicial o montante de R\$3.283, valor este revertido da provisão.

Em 2012, a TEKA deu entrada no pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. O plano de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, embora a Celesc D tenha votado pela sua não aprovação e assim pela falência da empresa. Portanto, a probabilidade de recebimento do referido valor é remota na avaliação da Administração, vindo a Celesc D a constituir provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Celesc D no montante de R\$55.795.

Em relação à Companhia Têxtil Renaux View S.A., a Administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

b.2) Movimentação da PECLD – Setor Têxtil

A composição, por empresa está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Têxtil Renaux View S.A.	45.215
Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	55.795
Companhia Industrial Schlösser S.A	13.604
Saldo em 31.12.2019	114.614
Provisão Constituída no Período	-
Reversão no Período	-
Saldo em 31.03.2020	114.614

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da *Generation Scaling Factor* – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo, emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$33.071 em 31 de março de 2020, sendo que ao longo deste exercício foram revertidos R\$566 devido ao seu recebimento.

b.3) Movimentação da PECLD da GSF

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2019	32.904
Provisão Constituída no Período	733
Reversão no Período (Baixa no Contas a Receber)	(566)
Saldo em 31.03.2020	33.071

10. ESTOQUES

Os estoques são compostos por materiais destinados à manutenção das operações de distribuição de energia e de materiais para uso administrativo.

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Almoxarifado	16.700	14.053
Outros	638	643
Total	17.338	14.696

Notas Explicativas

11. TRIBUTOS A RECUPERAR

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
PIS/COFINS (Exclusão ICMS Base Cálculo)	-	-	1.029.275	1.065.238
IRPJ/CSLL	10.919	10.905	72.187	21.692
ICMS	-	-	55.227	56.847
PIS/COFINS	-	-	16.652	16.652
Outros	-	-	996	995
Total	10.919	10.905	1.174.337	1.161.424
Circulante	10.919	10.905	638.885	68.579
Não Circulante	-	-	535.452	1.092.845

Em 1º de abril de 2019 a Celesc D obteve o trânsito em julgado da decisão favorável em processo judicial, autuado sob o nº 5006834-93.2012.4.04.7200, no qual foi reconhecido o direito a reaver os valores pagos a maior a título de PIS/COFINS em razão da inclusão do ICMS na base de cálculo dos tributos pagos. Os valores recolhidos a serem creditados em favor da Celesc D correspondem ao período de abril de 2007 a dezembro de 2014, em razão da limitação temporal conferida na decisão em razão da superveniência da Lei Federal nº 12.973/2014. A Celesc D possui reconhecido o montante de R\$1,065 bilhão de tributos a recuperar, atualizado monetariamente em conformidade com a solução de consulta da Receita Federal do Brasil – RFB nº 13/2018 em contrapartida de outros passivos não circulantes – consumidores. A Companhia obteve a habilitação dos créditos pela Receita Federal em fevereiro de 2020. Desta forma, iniciou o processo de compensação dos tributos vencidos com o referido crédito e aguarda ainda definição do órgão regulador ANEEL acerca do modelo de repasse aos consumidores. Em decorrência das compensações futuras deste saldo, a Celesc D reclassificou para o ativo circulante o crédito de PIS e COFINS com base nas projeções de valores a serem compensados nos próximos doze meses.

Além disso, destaca-se que a Companhia ingressou com outra ação judicial, autuada sob o nº 5016157-78.2019.4.04.7200, pleiteando a devolução dos valores referentes ao período de janeiro de 2015 em diante, a qual se encontra em tramitação. A ação, atualmente, aguarda o processamento do recurso de apelação interposto pela União – Fazenda Nacional, contra a sentença que julgou procedente o pedido da contribuinte. Em paralelo destaca-se que tramita no STF o recurso extraordinário nº 574706/PR que trata da matéria em âmbito de repercussão geral, cuja definição da modulação dos efeitos da decisão de mérito é aguardada pela Companhia.

Os saldos de IRPJ e CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no ativo não circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto, principalmente, por pagamentos a maior relativos ao pedido de liminar deferida pela justiça federal referente ao processo de reconhecimento da exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, letra d e Nota 27, item iv).

12. OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	56.781	56.128
Compartilhamento de Infraestrutura	43.833	41.501
Adiantamento Proinfra	14.220	14.220
Diferença Reembolso CDE	12.713	21.698
Programa Baixa Renda	11.501	11.462
Despesas Paga Antecipadamente	8.484	6.034
Eletrosul (Despacho ANEEL nº 4.171/2017)	5.870	13.196
Conta Bandeiras	2.187	21.262
Outros Créditos	11.702	13.429
Total	167.291	198.930
Circulante	164.237	193.898
Não Circulante	3.054	5.032

Notas Explicativas

13. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

13.1. Parcela A – CVA

Descrição	31.12.2019	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	31.03.2020	Amortização	Constituição	Circulante	Consolidado
										Não Circulante
CVA Ativa	565.797	56.105	(123.721)	7.763	-	505.944	186.789	319.155	380.054	125.890
Energia	438.497	(6.129)	(98.310)	6.689	-	340.747	146.920	193.827	264.293	76.454
Proinfa	13.079	-	(5.222)	148	-	8.005	8.005	-	8.005	-
Transporte Rede Básica	51.694	12.125	(5.371)	565	-	59.013	8.234	50.779	38.983	20.030
Transporte de Energia	11.953	2.216	(2.566)	137	-	11.740	3.935	7.805	8.661	3.079
CDE	10.148	43.894	-	244	-	54.286	-	54.286	32.873	21.413
Neutralidade Parcela A	8.479	(8.459)	-	(20)	-	-	-	-	-	-
Outros	31.947	12.458	(12.252)	-	-	32.153	19.695	12.458	27.239	4.914
CVA Passiva	(578.261)	(115.894)	138.631	310	(270)	(555.484)	(223.452)	(332.032)	(393.770)	(161.714)
Proinfa	-	(8.633)	-	(27)	-	(8.660)	-	(8.660)	(5.244)	(3.416)
Sobrecontratação Energia	(68.138)	-	16.442	(267)	-	(51.963)	(25.942)	(26.021)	(41.699)	(10.264)
ESS	(242.504)	(42.567)	61.750	(2.803)	-	(226.124)	(94.674)	(131.450)	(174.274)	(51.850)
CDE	(103.594)	-	35.450	4.738	-	(63.406)	(63.406)	-	(63.406)	-
Neutralidade Parcela A	(41.077)	(53.923)	15.934	(315)	-	(79.381)	(25.143)	(54.238)	(57.987)	(21.394)
Devoluções Tarifárias	(119.326)	(10.732)	9.055	(927)	-	(121.930)	(14.287)	(107.643)	(48.726)	(73.204)
Outros	(3.622)	(39)	-	(89)	(270)	(4.020)	-	(4.020)	(2.434)	(1.586)
Saldo Ativos/(Passivos)	(12.464)	(59.789)	14.910	8.073	(270)	(49.540)	(36.663)	(12.877)	(13.716)	(35.824)

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
CVA 2018 – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	9.014	14.726
CVA 2019 – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	166.587	164.547
Total – CVA	175.601	179.273
Outros Itens – Período de 23.08.2018 a 22.08.2019	(45.677)	(74.856)
Outros Itens – Período de 23.08.2019 a 22.08.2020	(179.464)	(116.881)
Total – Outros Itens – CVA	(225.141)	(191.737)
Total	(49.540)	(12.464)

13.2. Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga

A Celesc G pagou em 2016 R\$228,6 milhões a título de Bonificação de Outorga – BO referente às novas concessões das Usinas Garcia, Bracinho, Palmeiras, Cedros e Salto. Esse montante está incluso na tarifa dessas usinas e será ressarcido pelos consumidores ao longo de 30 anos com reajuste anual pelo IPCA, conforme definido pela ANEEL. O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado pelo valor pago:

a) Deduzindo-se o valor mensal recebido de Retorno de Bonificação de Outorga – RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.587, de 23 de julho de 2019; b) Somando-se os juros mensais calculados com base na Taxa de Juros Efetiva – TIR; e c) Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo Contrato de Concessão.

Descrição	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Consolidado
						Total
Saldo em 31.12.2019	42.360	60.730	46.387	27.948	113.285	290.710
Atualização Monetária	215	309	236	141	578	1.479
Juros	1.257	1.827	1.349	943	2.964	8.340
Amortização/Baixa	(1.292)	(1.865)	(1.384)	(949)	(3.092)	(8.582)
Saldo em 31.03.2020	42.540	61.001	46.588	28.083	113.735	291.947
Circulante						32.893
Não Circulante						259.054

14. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL – CONCESSÃO

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	479.417	523.543
Em Serviço	234.046	223.353
Em Curso	245.371	300.190
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizável	2.421	2.421
Total	481.838	525.964
Não Circulante	481.838	525.964

Notas Explicativas

a) Ativo Financeiro Indenizável – Distribuição de Energia

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Com base na Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão, a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrado no ativo intangível, sendo constituída pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das obrigações especiais (participações de consumidores).

	Consolidado
Descrição	Total
Saldo em 31.12.2019	523.543
(+) Novas Aplicações	9.418
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso – AIC	(54.819)
(+) Atualização Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.283
(-) Resgate	(8)
Saldo em 31.03.2020	479.417

b) Ativo Financeiro Indenizável – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

	Consolidado	
Usinas	31.03.2020	31.12.2019
UHE Bracinho	85	85
UHE Cedros	195	195
UHE Salto	1.906	1.906
UHE Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

15. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os investimentos temporários classificados em ativos não circulantes são mensurados a valor justo.

	Controladora		Consolidado	
Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA)	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Ações Casan	137.261	137.261	137.261	137.261
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

15.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.358.800 Ações Ordinárias – ON, e 55.357.200 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan, a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária no investimento temporário, adotando o método do fluxo de caixa descontado para avaliação anual do referido investimento. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

Para o cálculo do *valuation* o período de projeção adotado é de 17 anos (até 2035), com valor terminal (fluxo dos últimos 12 meses de projeção). A taxa de desconto usada foi WACC nominal de 11,99% a.a., com taxa de crescimento a longo prazo (perpetuidade) nominal de 3,75% a.a. (meta central de inflação a partir de 2021). O custo da dívida após os impostos é de 7,13% a.a. e o custo do capital próprio de 16,3% a.a. Por não haver participante no mercado ativo e por se tratar de uma estimativa com diversas variáveis, que não resultaram em acréscimos relevantes, a Companhia não alterou o valor justo desse instrumento financeiro em 31 de março de 2020.

Conciliação do Valor Contábil

	Controladora	Consolidado
Ações Casan	Total	Total
Saldo em 31.12.2018	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Saldo em 31.12.2019	137.261	137.261
Custo Histórico de Aquisição	110.716	110.716
Valor Justo	26.545	26.545
Saldo em 31.03.2020	137.261	137.261

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia possui política de transações com partes relacionadas, aprovada pelo Conselho de Administração em 2018. Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo e passivo circulante e não circulante e a movimentação no resultado do período são:

a) A tabela a seguir apresenta a movimentação no resultado do período.

Descrição	Controladora		Consolidado			
	Outras Despesas	Receitas Financeiras	Tributos	Receita de Vendas	Receitas Financeiras	Despesa Financeiras
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	-	670.364	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	25.011	-	-
Rede Subterrânea	-	10	-	-	10	-
Celos						
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(44.465)
Celesc Distribuição S.A.						
Pessoal à Disposição	(3.202)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2019	(3.202)	10	670.364	25.011	10	(44.465)
Governo do Estado de SC:						
ICMS	-	-	(631.050)	-	-	-
Receita de Vendas	-	-	-	21.935	-	-
Rede Subterrânea	-	-	-	-	-	-
Celos						
Atualização Reserva Matemática	-	-	-	-	-	(11.329)
Celesc Distribuição S.A.						
Pessoal à Disposição	(1.144)	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	(1.144)	-	(631.050)	21.935	-	(11.329)

b) A tabela abaixo apresenta os saldos e transações no período.

Descrição	Controladora		Consolidado				
	Contas a Receber	Outros Passivos	Tributos a Recolher	Tributos a Recuperar	Contas a Receber	Outros Créditos	Outros Passivos
Governo do Estado de SC							
ICMS	-	-	144.156	56.847	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	-	8.013	-	-
Rondinha Energética S.A.							
Dividendos	-	-	-	-	-	488	-
Celos							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	53	-	-	-	-	18.884
Celesc Distribuição S.A.							
Pessoal à Disposição	-	451	-	-	-	-	-
Saldo em 31.12.2019	-	504	144.156	56.847	8.013	488	18.884
Governo do Estado de SC							
ICMS	-	-	136.321	55.228	-	-	-
Contas a Receber	-	-	-	-	8.335	-	-
Celos							
Contrib. Prev., Plano Saúde e Outros	-	35	-	-	-	-	9.199
Celesc Geração S.A.							
Dividendos e JCP	17.637	-	-	-	-	-	-
Celesc Distribuição S.A.							
Pessoal à Disposição	-	390	-	-	-	-	-
Dividendos e JCP	47.066	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31.03.2020	64.703	425	136.321	55.228	8.335	-	9.199

c) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF, Comitê de Auditoria Estatutário – CAE e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Honorários	1.128	1.401	1.128	1.401
Encargos Sociais	307	338	307	338
Outros	181	59	181	59
Total	1.616	1.798	1.616	1.798

Notas Explicativas

17. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL S/ O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos

O IRPJ e a CSLL diferidos ativos e passivos foram calculados a partir de:

- (i) Provisão para contingências de processos judiciais;
- (ii) ICPC 10 – Interpretação sobre a aplicação inicial ao ativo imobilizado;
- (iii) CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável dos ativos sobre a provisão para perdas do ativo imobilizado;
- (iv) CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados;
- (v) Ajuste ao valor justo do ativo imobilizado, decorrente da primeira adoção do Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado;
- (vi) CPC 39 – Instrumentos financeiros no reconhecimento e mensuração do Valor Novo de Reposição – VNR.
- (vii) Os tributos diferidos calculados sobre a Bonificação de Outorga foram calculados em conformidade com a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil – RFB nº 1.700, de 14 de março de 2017.

A tabela a seguir apresenta os saldos das contas do IRPJ e CSLL diferidos:

Descrição	31.03.2020	31.12.2019
Ativo	995.084	1.004.094
Passivo	(20.536)	(19.596)
Tributo Diferido Líquido	974.548	984.498

Diferenças Temporárias	Consolidado					
	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Provisão p/ Contingências	177.116	179.056	-	-	177.116	179.056
Provisão p/ Perdas em Ativos	88.989	87.902	-	-	88.989	87.902
Benefício Pós-Emprego	865.941	875.252	-	-	865.941	875.252
Custo Atribuído	-	-	7.733	7.806	(7.733)	(7.806)
Efeitos ICPC 01 – Contratos de Concessão	-	-	53.508	54.038	(53.508)	(54.038)
Efeitos CPC 39 – Instrumentos Financeiros	-	-	65.930	66.583	(65.930)	(66.583)
Bonificação de Outorga	-	-	30.155	29.131	(30.155)	(29.131)
Outras Provisões	-	-	172	154	(172)	(154)
Total	1.132.046	1.142.210	157.498	157.712	974.548	984.498

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do IRPJ e CSLL decorrem não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização dos tributos diferidos tem como base as projeções orçamentárias aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia, tendo como objetivo definir e apresentar ações necessárias para o atendimento às demandas regulatórias de forma também a convergir para o cumprimento do contrato de concessão.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.

O saldo remanescente do processo de reconhecimento inicial da exposição contratual de 2014 pelo órgão regulador no valor de R\$272.541 milhões atualizados até 31 março de 2020 está em demanda judicial junto a justiça federal e tiveram seus montantes de IRPJ e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. Em agosto de 2019 a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.593, homologou o diferimento do efeito financeiro da exposição contratual de 2014 com reflexo em cinco processos tarifários anuais subsequentes. Desta forma, o reajuste tarifário de 2019 teve a realização financeira no montante de R\$65,7 milhões e a consequente realização de IRPJ e CSLL diferidos sobre esta base. (Nota 2.1.1.1, letra d).

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de março de 2020 são:

Ano	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
2020	44.262	54.142
2021	42.413	42.414
2022	35.134	35.135
2023	34.298	34.299
Acima de 2023	975.939	976.220
Total	1.132.046	1.142.210

Notas Explicativas

c) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos no Patrimônio Líquido

A movimentação do custo atribuído e adoção inicial do CPC 48 – Instrumentos Financeiros com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2018	26.782
(-) Baixa do Custo Atribuído	(838)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	285
Saldo em 31.12.2019	26.229
(-) Baixa do Custo Atribuído	(214)
(+) Tributos (IRPJ/CSLL)	73
Saldo em 31.03.2020	26.088

d) Conciliação IRPJ e CSLL Reconhecidos em outros Resultados Abrangentes

A movimentação do passivo atuarial com os valores de IRPJ e CSLL, reconhecidos diretamente em outros resultados abrangentes, está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2018	857.932
(+) Adição do Passivo Atuarial	927.415
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	(315.321)
Saldo em 31.12.2019	1.470.026
(+) Adição do Passivo Atuarial	-
(-) Tributos (IRPJ/CSLL)	-
Saldo em 31.03.2020	1.470.026

e) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação da despesa de IRPJ e CSLL, pela alíquota nominal e efetiva, está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.12.2019
Lucro/(Prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	144.035	72.670	218.717	126.299
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL	(48.972)	(24.708)	(74.364)	(42.942)
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	50.661	26.848	3.262	2.106
Benefício Fiscal	-	-	(26)	(19)
Incentivo Fiscal	-	-	1.124	799
Provisões Indedutíveis	(170)	(167)	(170)	(167)
Multas Indedutíveis	-	-	(2.471)	(2.862)
IRPJ/CSLL não Reconhecidos s/ Prejuízo Fiscal	(1.451)	(1.903)	(1.451)	(1.903)
Participação dos Administradores	(68)	(70)	(78)	(82)
Perdas Não Técnicas	-	-	(498)	(8.554)
Outras Adições (Exclusões)	-	-	(10)	(5)
Total IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	-	-	(74.682)	(53.629)
Corrente	-	-	(64.732)	(49.284)
Diferido	-	-	(9.950)	(4.345)
Alíquota Efetiva	0,00%	0,00%	34,15%	42,46%

f) Incerteza sobre tratamento de IRPJ e CSLL

Em 24 de setembro de 2018 a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil – SERFB iniciou procedimento de ação fiscal nº 0900100-2018-00117-1. Desse procedimento resultou, em 8 de janeiro de 2019, na lavratura do auto de infração nº 10980.727742/2018-81 no valor de R\$306,8 milhões. O referido auto de infração, está relacionado à apuração do lucro real e da base de cálculo CSLL, assim imputando à concessionária:

a) Ajustes indevidos atribuídos à Conta de Compensação de Variação de valores de Itens da Parcela A – CVA;

b) Inobservância do prazo restante do contrato de concessão para fins das determinações previstas no artigo 69º da lei federal nº 12.973/2014.

Após a análise da Administração, constatou-se que os valores apurados pelo ente fiscal encontram-se dissociados das normas tributárias, doutrina e decisões judiciais em casos análogos. A Administração, apoiada na posição de seus assessores jurídicos, entende que os procedimentos adotados serão provavelmente aceitos em decisões de tribunais superiores de última instância (probabilidade de aceite >50%), pelo seu valor total e, por esse motivo, não registrou qualquer passivo de IRPJ/CSLL em relação a essas ações.

Notas Explicativas

18. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidade	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Controladas	1.169.163	1.028.428	-	-
Celesc D	638.650	513.651	-	-
Celesc G	530.513	514.777	-	-
Controladas em Conjunto	92.751	91.440	92.751	91.440
SCGÁS	92.751	91.440	92.751	91.440
Coligadas	100.425	93.835	162.773	155.132
ECTE	69.822	65.509	69.822	65.509
DFESA	30.603	28.326	30.603	28.326
SPEs	-	-	62.348	61.297
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão p/ Perda no Investimento Cubatão	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
Total	1.362.339	1.213.703	255.524	246.572

a) Informações sobre Investimentos

						Controladora	
Descrição	Ações da Companhia	Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro/ (Prejuízo)	
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante				
Saldo em 31.12.2019							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	513.651	8.409.618	198.173	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	514.777	701.244	74.262	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	212.108	461.521	48.119	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	328.449	586.096	81.108	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.993	130.883	42.781	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	
Saldo em 31.03.2020							
Celesc D	630.000	100,00%	100,00%	638.650	3.525.095	124.999	
Celesc G	43.209	100,00%	100,00%	530.513	701.083	15.736	
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	226.071	469.652	13.963	
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	338.323	603.632	9.873	
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	132.881	140.885	9.888	
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)	

Consolidado						
Descrição	Ações da Companhia	Participação da Companhia		PL	Total de Ativos	Lucro/ (Prejuízo)
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Saldo em 31.12.2019						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	212.108	461.521	48.119
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	328.449	586.096	81.108
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	122.993	130.883	42.781
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	42.217	56.973	1.016
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	52.610	64.164	7.230
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.722	38.264	(95)
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	36.783	63.842	(1.008)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	61.343	1.585.189	32.028
Saldo em 31.03.2020						
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	226.071	469.652	13.963
SCGÁS	1.827	17,00%	51,00%	338.323	603.632	9.873
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	132.881	140.885	9.888
Cubatão	1.600	40,00%	40,00%	1.566	5.739	(125)
Rondinha Energética S.A.	15.113	32,50%	32,50%	42.177	52.969	173
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	54.588	65.038	1.520
Xavantina Energética S.A.	266	40,00%	40,00%	24.911	37.863	183
Garça Branca Energética S.A.	22.326	49,00%	49,00%	37.486	63.524	(66)
EDP Transmissão Aliança SC	2.650	10,00%	10,00%	61.823	1.625.967	11.229

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Consolidado				
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA
Saldo em 31.12.2019	513.651	514.777	65.509	91.440	28.326
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	-	-	(367)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	124.999	15.736	4.313	1.678	2.277
Saldo em 31.03.2020	638.650	530.513	69.822	92.751	30.603
Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Saldo em 31.12.2019	65.509	91.440	28.326	61.297	246.572
Integralizações	-	-	-	290	290
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Creditados	-	-	-	(567)	(567)
Amortização Direito de Uso de Concessão	-	(367)	-	-	(367)
Resultado de Equivalência Patrimonial	4.313	1.678	2.277	1.328	9.596
Saldo em 31.03.2020	69.822	92.751	30.603	62.348	255.524

Notas Explicativas

c) Aquisição do Direito de Uso de Concessão

O saldo do direito de uso de concessão gerado na aquisição da SCGÁS em 31 de março de 2020 é de R\$35.236 (R\$35.603 em 31 de dezembro de 2019). O direito de uso de concessão é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

19. IMOBILIZADO

19.1. Composição do Saldo

Descrição	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento (i)	Consolidado
							Total
Saldo em 31.12.2019	9.610	13.051	31.565	86.185	385	34.000	174.796
Custo do Imobilizado	20.202	169.822	50.169	170.673	1.752	34.000	446.618
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	25	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(132.285)	(17.881)	(80.832)	(1.392)	-	(239.718)
Saldo em 31.12.2019	9.610	13.051	31.565	86.185	385	34.000	174.796
Adições	-	-	-	-	-	3.733	3.733
Depreciação	-	(106)	(225)	(926)	(39)	-	(1.296)
(+/-) Transferências	-	-	-	834	464	(1.298)	-
Saldo em 31.03.2020	9.610	12.945	31.340	86.093	810	36.435	177.233
Custo do Imobilizado	20.202	169.061	50.166	171.036	2.216	36.435	449.116
Provisão p/ Perdas	(3.264)	(24.486)	(723)	(3.656)	25	-	(32.104)
Depreciação Acumulada	(7.328)	(131.630)	(18.103)	(81.287)	(1.431)	-	(239.779)
Saldo em 31.03.2020	9.610	12.945	31.340	86.093	810	36.435	177.233
Taxa Média de Depreciação	0%	3,46%	2,41%	3,11%	12,20%	0,00%	

(i) No 1º trimestre de 2020 a Celesc G concluiu R\$1.298 dos projetos em andamento.

19.2. Depreciação

As taxas médias anuais de depreciação estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

Administração	Consolidado
	Percentuais (%)
Máquinas e Equipamentos	5,5
Veículos	12,4
Móveis e Utensílios	6,3
Operação	Percentuais (%)
	Prédios e Construções
	2,4
	Máquinas e Equipamentos
	3,1
	Reservatórios, Barragens e Adutoras
	3,5
	Veículos
	12,8
	Móveis e Utensílios
	2,8

O método de depreciação linear, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As Usinas Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho são depreciadas com base no prazo de concessão definido em contrato.

Os ativos da Usina Pery, da PCH Celso Ramos e das CGHs Caveiras, Ivo Silveira, Piraí, São Lourenço e Rio do Peixe são depreciados pelas taxas estabelecidas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, por possuírem contrato de registro.

São ainda depreciados, pela mesma Resolução, os investimentos realizados para ampliação nas Usinas Celso Ramos, Garcia, Palmeiras, Salto Weissbach, Cedros e Bracinho, que são suscetíveis à indenização ao final da concessão.

Os ativos da administração central (Prédios e Construções, Máquinas e Equipamentos, Veículos e Móveis e Utensílios) também são depreciados pelas taxas estabelecidas na referida Resolução.

19.3. Ativo Imobilizado Totalmente Depreciado Ainda em Operação

O valor contábil bruto dos ativos imobilizados que estão totalmente depreciados e que ainda estão em operação em 31 de março de 2020:

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Reservatórios, Barragens e Adutoras	132.349	132.349
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	11.935	11.935
Máquinas e Equipamentos	48.226	48.225
Outros	13.956	13.956
Total	206.466	206.465

Notas Explicativas

20. INTANGÍVEL

i) Ágio ECTE

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida empresa.

Descrição	31.12.2019	Amortizações	Controladora
			31.03.2020
Ágio ECTE (i)	5.446	(126)	5.320

ii) Contratos de Concessão

As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

Descrição	Ativo de Concessão Celesc D (ii)	Software Adquiridos	Ágio	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
						Total
Saldo em 31.12.2019	3.448.815	754	5.446	70	1.791	3.456.876
Custo Total	5.362.938	6.495	14.248	70	1.791	5.385.542
Amortização Acumulada	(1.914.123)	(5.741)	(8.802)	-	-	(1.928.666)
Saldo em 31.12.2019	3.448.815	754	5.446	70	1.791	3.456.876
Adições	141.960	-	-	-	-	141.960
Baixas	(8.290)	-	-	-	-	(8.290)
Amortizações	(57.390)	(189)	(126)	-	-	(57.705)
Saldo em 31.03.2020	3.525.095	565	5.320	70	1.791	3.532.841
Custo Total	5.496.608	6.495	14.248	70	1.791	5.519.212
Amortização Acumulada	(1.971.513)	(5.930)	(8.928)	-	-	(1.986.371)
Saldo em 31.03.2020	3.525.095	565	5.320	70	1.791	3.532.841
Taxa Média Amortização	4,3%	20%	0,9%	0%	0%	

21. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	31.03.2020	31.12.2019
Empregados a Disposição	390	451
Materiais e Serviços	515	577
Total	905	1.028

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Energia Elétrica	504.077	503.374
Encargos de Uso da Rede Elétrica	98.934	93.916
Materiais e Serviços	96.402	160.947
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE (i)	133.552	238.488
Total	832.965	996.725

(i) A CCEE possui como uma de suas atribuições, apurar o valor da contabilização dos agentes. Este valor, no caso das distribuidoras, envolve além da venda e compra no curto prazo, encargos, efeito do despacho de térmicas e também impactos diversos de risco hidrológico.

O risco hidrológico no caso das distribuidoras está associado aos contratos de energia (CCEAR-QT) que tiveram repactuação, contratos de cota de garantia física e contrato com Itaipu. A Celesc D, mesmo sendo compradora, assume o risco hidrológico.

Em relação aos montantes ao final de 2019 e em março de 2020, ressalta-se que o ano de 2019 apresenta um saldo devedor referente ao Parcelamento do SUM001 de agosto e setembro/2018, saldo este que foi reduzido ao longo do ano, restando, portanto, saldo bastante inferior para o ano de 2020, a despeito das diferenças de PLD nos submercados, que trouxeram impacto financeiro no início de ano de 2020.

22. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os empréstimos e financiamentos possuem quatro classificações distintas: (i) Empréstimos Bancários, (ii) Empréstimos da Eletrobras, (iii) Empréstimos Finame e iv) Empréstimos – BID, e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Celesc D.

Notas Explicativas

		Consolidado	
Descrição		31.03.2020	31.12.2019
Total Moeda Nacional		784.862	813.035
Empréstimos Bancários (i)	7,40% a.a.	150.357	150.357
Empréstimos Bancários (i)	CDI+1,25% e CDI+1,3%	276.046	301.388
Empréstimos Bancários (i)	CDI + 0,8% a.a	336.116	336.200
Empréstimos Eletrobras (ii)	5% a.a.	4.690	5.438
Empréstimos Finame (iii)	2,5% a 9,5% a.a.	17.653	19.652
Total Moeda Estrangeira		481.748	474.596
Empréstimo – BID (iv)	CDI + 0,89% a.a	481.748	474.596
Total		1.266.610	1.287.631
Circulante		453.821	383.623
Não Circulante		812.789	904.008

i) Empréstimos Bancários

Os saldos de empréstimos bancários referem-se a contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

Em fevereiro de 2018, foi efetuado junto ao Banco do Brasil a contratação de R\$150 milhões por meio da Linha de Crédito Agroindustrial, com juros pré-fixados em 7,67% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação, prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*), foi efetuada no vencimento estabelecido.

Por meio de Cédula de Crédito Bancário, em abril de 2018, houve a contratação de mais R\$150 milhões junto ao Banco Safra, com juros pré-fixados em 7,4% a.a. e exigidos mensalmente. O prazo do contrato foi de 12 meses e sua liquidação estava prevista em parcela única no final de sua vigência (*bullet*). Contudo, em abril de 2019 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para mais 12 meses, sendo mantida a modalidade *bullet* para sua liquidação no final de sua vigência.

Em novembro de 2018, ocorreu a contratação de R\$100 milhões, junto ao Banco do Brasil, por meio de Cédula de Crédito Bancário, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,25% a.a. exigida trimestralmente. O período de vigência de 24 meses tem previsão de amortização em 4 parcelas trimestrais, com início em fevereiro de 2020 e término em novembro de 2020.

Também em novembro de 2018 e por meio de Cédula de Crédito Bancário, houve a contratação de R\$200 milhões junto ao Banco Safra, com remuneração à taxa equivalente ao CDI + 1,3% a.a. exigida mensalmente. O prazo de vigência de 36 meses tem uma carência 18 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 18 parcelas mensais, com início para junho de 2020 e término em novembro de 2021.

Encerrando as contratações classificadas como Empréstimos Bancários, em abril de 2019, foi contratado mais R\$335 milhões junto ao Banco Safra, por meio de Cédula de Crédito Bancário, com remuneração a taxa equivalente ao CDI + 0,8% a.a. exigida mensalmente. Os prazos de vigência, de carência e de liquidação do principal são idênticos aos descritos no contrato anterior, tendo esse o início da amortização prevista para novembro de 2020 e o final para abril de 2022.

ii) Eletrobras

Os recursos dessas contratações foram destinados, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iii) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a. e com amortizações previstas para 96 parcelas mensais. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

iv) Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

Em 31 de outubro de 2018, a Celesc D e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID firmaram uma operação de crédito externo denominada Empréstimo 4404/OC-BR (BR-L1491).

O valor total da operação é de US\$276.051.000,00 (duzentos e setenta e seis milhões e cinquenta e um mil dólares americanos) e o prazo para amortização é de 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, com uma carência de até 66 (sessenta e seis) meses, atingindo um prazo total de 300 (trezentos) meses.

A amortização é semestral pelo sistema constante e a taxa de juros é *libor* de 3 meses (*USD-LIBOR 3m*) acrescida de *spread*, com atualização monetária calculada pela variação cambial. Além disso, existe a exigência de uma comissão de compromisso de até 0,75% ao ano sobre o saldo não desembolsado e de uma comissão de supervisão de até 1% do montante do empréstimo, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos de 5 (cinco) anos.

Notas Explicativas

O empréstimo tem a garantia da República Federativa do Brasil e do Estado de Santa Catarina e destina-se ao financiamento parcial do Programa de Investimentos em Infraestrutura Energética na área de jurisdição da Celesc D.

A primeira liberação ocorreu em 10 de dezembro de 2018, no valor de US\$70.374.302,95 (setenta milhões, trezentos e setenta e quatro mil, trezentos e dois dólares americanos e noventa e cinco centavos) e a segunda, em 28 de janeiro de 2019, no valor de US\$9.704.328,10 (nove milhões, setecentos e quatro mil, trezentos e vinte e oito dólares americanos e dez centavos).

Em 2 de maio de 2019, a Celesc D optou pela conversão, em moeda nacional, do saldo devedor liberado até aquela data, no montante de US\$80.078.631,05 (oitenta milhões, setenta e oito mil, seiscentos e trinta e um dólares americanos e cinco centavos), e pela alteração da taxa de juros aplicada ao contrato, que passou a ser CDI+0,89% a.a. (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essas liberações, não mais havendo, portanto, incidência de variação cambial.

Ato contínuo à transação, ocorreram mais duas liberações: a terceira, em 7 de outubro de 2019, no valor de US\$26.210.755,00 (vinte e seis milhões, duzentos e dez mil e setecentos e cinquenta e cinco dólares americanos) e a quarta, em 10 de dezembro de 2019, no valor de US\$9.767.891,73 (nove milhões, setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e noventa e um dólares americanos e setenta e três centavos).

Assim como nas anteriores, também optou-se pela conversão do saldo liberado a taxa de juros nacional, atrelada ao CDI, ficando em CDI+0,935% a.a. para a liberação ocorrida em 7 de outubro de 2019, e CDI+0,77% a.a. para a liberação ocorrida em 10 de dezembro de 2019, (já considerando os custos do BID) durante toda a vigência do contrato para essas liberações, com vistas a não haver incidência de variação cambial nesse financiamento.

a) Composição dos Vencimentos

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado					
	Nacional		Estrangeira		Total	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Ano 2021 – 1tri	-	91.219	-	-	-	91.219
Ano 2021 – 2tri a 4tri	260.630	260.630	-	-	260.630	260.630
Ano 2022	79.107	79.107	-	-	79.107	79.107
Ano 2023	3.259	3.259	-	-	3.259	3.259
Ano 2024	1.139	1.139	23.415	23.415	24.554	24.554
Ano 2025 +	364	364	444.875	444.875	445.239	445.239
Total	344.499	435.718	468.290	468.290	812.789	904.008

b) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Nacional

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	377.317	435.718	813.035
Encargos Provisionados	11.024	-	11.024
Transferências	91.219	(91.219)	-
Amortizações de Principal	(27.741)	-	(27.741)
Pagamentos de Encargos	(11.456)	-	(11.456)
Saldo em 31.03.2020	440.363	344.499	784.862

c) Movimentação de Empréstimos e Financiamentos – Estrangeiro – BID

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31.12.2019	6.306	468.290	474.596
Atualização Monetária	7.152	-	7.152
Saldo em 31.03.2020	13.458	468.290	481.748

23. DEBÊNTURES

23.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, no dia 13 de julho de 2018, 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures no valor nominal unitário de R\$1,0 mil, totalizando R\$250 milhões, com vencimento para 13 de julho de 2023, não conversíveis em ações. Os recursos dessa emissão foram utilizados para reforço de caixa da emissora para gestão ordinária de seus negócios.

A garantia real é a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc D e a Celesc Holding prestará fiança em favor dos titulares das debêntures, obrigando-se como garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da Escritura da Emissão.

Notas Explicativas

As debêntures terão prazo de 5 anos contados da data de emissão, de forma que vencerão no dia 13 de julho de 2023; com remuneração de juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou spread de 1,9% ao ano.

A amortização foi prevista em 15 parcelas trimestrais e consecutivas, sempre no dia 13 dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, a partir de 13 de janeiro de 2020 e o último na data de vencimento. A remuneração ocorrerá em parcelas trimestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 13 de outubro de 2018. Até 31 de dezembro de 2019, foram pagos R\$ 23,7 milhões de juros remuneratórios.

Anualmente, a Companhia, como garantidora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2019 apresentou uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tal obrigação.

23.2. Debêntures 2018 – Celesc G

A Celesc G emitiu, em 1º de junho de 2018, 15.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10 mil, não atualizado monetariamente, totalizando R\$150 milhões. A emissão foi efetuada em série única, do tipo simples e não conversíveis em ações. A garantia real foi definida como a cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e/ou futuros, decorrentes do fornecimento bruto de energia elétrica a clientes da Celesc G. A garantia fidejussória, por sua vez, foi estabelecida pela fiança das debêntures em favor dos titulares, assumindo o papel de garantidora e principal responsável pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos da escritura da emissão.

As debêntures possuem prazo de cinco anos, contados da data de sua emissão, e os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos depósitos interfinanceiros – DI de um dia, acrescida de uma sobretaxa ou *spread* de 2,5% ao ano até a data do efetivo pagamento.

O pagamento de juros vem ocorrendo desde setembro de 2018 e a amortização está sendo efetuada desde junho de 2019, ambos de forma trimestral e consecutiva, sendo que, até 31 de março de 2020, foram pagos R\$20,8 milhões de remuneração e R\$35,3 milhões de principal.

Semestralmente, a Companhia, como garantidora, e a Celesc G, como emissora, tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 31 de dezembro de 2019 ambas apresentaram uma relação abaixo deste índice, cumprindo, assim, tais obrigações.

23.5. Movimentação das Debêntures

Descrição	Consolidado
	Total
Saldo em 31.12.2019	373.945
Encargos Provisionados	5.464
Pagamentos Encargos	(6.144)
Pagamento Principal	(25.490)
Custos na Emissão de Debêntures Celesc D	155
Custos na Emissão de Debêntures Celesc G	123
Saldo em 31.03.2020	348.053
Circulante	104.454
Não Circulante	243.599

23.6. Custos na Captação de Debêntures a Apropriar

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Ano 2020	837	1.115
Ano 2021	1.113	1.113
Ano 2022	1.113	1.113
Ano 2023	528	528
Total	3.591	3.869

23.7 Conciliação de Passivos Resultantes das Atividades de Financiamento

Descrição	Controladora
Saldo Dividendos e JCP) em 31.12.2019	67.683
Pagamentos – Variações no Fluxo de Financiamento	-
Variações que não Afetam Caixa	-
Saldo Dividendos e JCP) em 31.03.2020	67.683

Notas Explicativas

Descrição	31.12.2019	Pagamento do Principal	Total da Variações de Fluxo de Financiamentos	Pagamento de Juros (i)	Variações que não Afetam o Caixa(ii)	31.03.2020
Emp./Financiamentos	1.287.631	(27.741)	(27.741)	(11.456)	18.176	1.266.610
Debêntures	373.945	(25.490)	(25.490)	(6.144)	5.742	348.053
Dividendos e JCP	67.683	-	-	-	-	67.683
Total	1.729.259	(53.231)	(53.231)	(17.600)	23.918	1.682.346

(i) Os juros pagos são classificados no fluxo das Atividades Operacionais na Demonstração do Fluxo de Caixa.

(ii) Os encargos provisionados de Empréstimos e Financiamentos totalizaram R\$18.176. As Debêntures totalizaram R\$5.742, sendo R\$278 deste total, referentes às custas com debêntures incorridas em 2020.

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019 Reapresentado	31.03.2020	31.12.2019 Reapresentado
Provisões e Encargos Sociais da Folha	458	378	98.033	100.890
Plano de Desligamento Incentivado – PDI (a)	-	-	95.445	119.173
Consignação em Favor de Terceiros	-	-	4.160	8.485
Provisão Participação nos Lucros e nos Resultados – PLR	-	-	27.777	17.999
Folha de Pagamento Líquida	201	254	12.906	13.787
Total	659	632	238.321	260.334
Circulante	659	632	190.135	212.148
Não Circulante	-	-	48.186	48.186

a) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o regulamento do Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado pela primeira vez em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 62 empregados e um custo de cerca de R\$16 milhões.

No PDI 2017 se desligaram, até dezembro de 2017, 122 empregados. Esta edição de 2017 seguiu com os desligamentos até o mês de junho de 2018, onde o total de saídas efetivadas chegou a 188 (6% do quadro efetivo atual) com um custo total efetivado de R\$69,2 milhões.

A edição PDI 2018 realizou desligamentos até julho de 2019 com 315 saídas efetivadas a um custo total de cerca de R\$115 milhões.

Dando continuidade ao planejamento de desligamentos, a Celesc D abriu inscrições para a edição de 2019 do programa de desligamento, que conta com mais de 600 empregados inscritos. As inscrições foram homologadas pelo Conselho de Administração da Companhia, bem como autorizada a execução orçamentária do plano. Até março de 2020 já foram desligados 90 empregados. As saídas deste plano irão até junho de 2020.

Este programa faz parte da estratégia da Companhia para adequação de seus custos operacionais, otimização dos processos e melhoria dos indicadores com vistas à agregação de valor aos acionistas.

25. TRIBUTOS

25.1. Imposto de Renda e Contribuição Social s/ o Lucro Líquido e IRRF s/ JCP

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
IRPJ	-	-	47.875	7.870
CSLL	-	-	18.642	3.874
IRRF s/ Juros s/ Capital Próprio – JCP	-	4.178	-	4.178
Total a Recolher	-	4.178	66.517	15.922
(-) Tributos a Recuperar	(10.919)	(10.905)	(72.187)	(21.692)
Tributos Líquidos	(10.919)	(6.727)	(5.670)	(5.770)

25.2. Outros Tributos

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
ICMS	-	-	136.321	144.156
PIS e COFINS	2	5.572	46.694	45.183
Outros	219	105	3.197	4.035
Total a Recolher	221	5.677	186.212	193.374
(-) Tributos a Compensar	-	-	(1.102.150)	(1.139.732)
Tributos Líquidos	221	5.677	(915.938)	(946.358)

Notas Explicativas

26. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Programa Eficiência Energética – PEE	172.306	162.400
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	83.359	19.441
Parcelamento ECE	-	67.000
Encargo Conta Bandeiras	47	35.736
Pesquisa & Desenvolvimento – P&D	71.678	69.638
Taxa de Fiscalização ANEEL	-	654
Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH (i)	-	153
Encargo de Aquisição de Energia Elétrica Emergencial – EAEED	-	417
Outros	1.242	-
Total	328.632	355.439
Circulante	136.984	166.014
Não Circulante	191.648	189.425

(i) Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH

A CFURH é um ressarcimento pela ocupação de áreas por usinas hidrelétricas e um pagamento pelo uso da água na geração de energia. A tarifa utilizada para o cálculo da Compensação Financeira (Tarifa Atualizada de Referência – TAR) é fixada pela ANEEL, sendo reajustada anualmente e revisada a cada quatro anos pela Agência (Compensação Financeira = 6,75% x Energia Gerada x TAR).

27. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Demonstrações Financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

a) Contingências Prováveis

Contingências	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	4.686	4.669	-	-
Cíveis	8.443	8.373	299	292
Regulatórias	8.182	8.182	2.983	2.983
Ambientais	-	-	11	-
Total	23.428	23.341	4.556	4.538

Contingências	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões p/ Riscos	
	31.03.2020	31.12.2019	31.03.2020	31.12.2019
Tributária (i)	3.752	3.752	9.642	9.641
Trabalhistas (ii)	47.699	45.382	60.034	60.123
Cíveis (iii)	80.857	75.221	122.989	130.581
Regulatórias (iv)	46.699	46.699	306.559	303.762
Ambientais (v)	-	-	2.133	2.123
Total	179.007	171.054	501.357	506.230

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões p/ Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões p/Riscos
Saldo em 31.12.2019	23.341	4.538	171.054	506.230
Constituição	93	24	30.132	21.278
Atualização Financeira	-	-	-	2.796
Baixas	(6)	(6)	(22.179)	(28.947)
Saldo em 31.03.2020	23.428	4.556	179.007	501.357

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera Administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

Notas Explicativas

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributária na esfera federal, relativas a recolhimento de COFINS e Contribuição Previdenciária, e na esfera municipal, associadas à notificações fiscais expedidas pela Prefeitura de Florianópolis para exigência de ISS.

O processo mais relevante, na esfera federal, tem perda estimada de R\$3,6 milhões e se refere a execução fiscal proposta pela União, tendo por objeto a contribuição previdenciária, prevista no artigo 31 da Lei no 8212/91, incidente sobre faturas de serviços prestados mediante cessão de mão de obra. A Celesc D opôs embargos à execução fiscal, sustentando a inexigibilidade do tributo, os quais foram julgados parcialmente procedentes, determinando à União a retificação da Certidão de Dívida Ativa (CDA) nos termos da decisão. O processo encontra-se em fase final de ajustamento da CDA e apuração de crédito tributário remanescente.

Já na esfera municipal, as contingências para exigência de ISS são de naturezas diversas, totalizam R\$3,5 milhões e os procedimentos fiscais encontram-se em trâmite administrativo.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há, da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Celesc D, tais como: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), dentre outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Celesc D discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial. A mais expressiva contingência regulatória se refere à exposição contratual de 2014 (Nota 2.1.1.1, letra d).

v) Contingências Ambientais

Trata-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc D.

b) Contingências Possíveis

A Companhia também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Contingências	Consolidado	
	31.03.2020	31.12.2019
Tributárias (i)	4.227	4.227
Trabalhistas (ii)	2.116	15.676
Cíveis (iii)	303.941	276.243
Regulatórias (iv)	153.549	148.679
Ambientais (v)	46.962	46.962
Total	510.795	491.787

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal, relativas a recolhimento de PIS, COFINS.

Notas Explicativas

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

28. PASSIVO ATUARIAL

	Consolidado	
Obrigações Registradas	31.03.2020	31.12.2019
Planos Previdenciários	1.448.470	1.467.554
Plano Misto e Plano Transitório (a)	1.448.470	1.467.554
Planos Assistenciais	1.369.563	1.370.922
Plano Celos Saúde (b)	1.306.425	1.308.002
Outros Benefícios (c)	63.138	62.920
Total	2.818.033	2.838.476
Circulante	172.106	176.528
Não Circulante	2.645.927	2.661.948

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Plano Misto e Plano Transitório

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Desse total, R\$376,8 milhões refere-se ao saldo da dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualizado pelo IPCA, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório.

Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

Notas Explicativas

28.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Obrigações Atuariais

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado
						Total
Saldo em 31.12.2018	2.090.835	695.089	957.713	2.021	53.752	3.799.410
Custo do Serviço Corrente Líquido	5.894	-	(20.065)	117	-	(14.054)
Contrib. de Participante Realizadas no Período	28.934	14.601	40.806	-	(2.901)	81.440
Juros s/ Obrigação Atuarial	185.316	59.030	84.600	164	4.711	333.821
Benefícios Pagos no Período	(170.603)	(82.601)	(82.598)	(205)	(4.627)	(340.634)
(Ganhos) Perdas nas Obrigações Atuarias	547.102	92.828	355.069	49	11.985	1.007.033
Saldo em 31.12.2019	2.687.478	778.947	1.335.525	2.146	62.920	4.867.016

b) Apuração do Passivo (Ativo) Líquido

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Outros Benefícios	Consolidado
						Total
Passivo (Ativo) em 31.12.2018	650.262	373.993	926.828	0	53.752	2.004.835
Valor Justo dos Ativos no Fim do Período	(1.637.050)	(361.821)	(27.523)	(11.362)	-	(2.037.756)
Obrigações Atuariais no Fim do Período	2.687.478	778.947	1.335.525	2.146	62.920	4.867.016
Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adic Fim do Período	-	-	-	9.216	-	9.216
Passivo (Ativo) em 31.12.2019	1.050.428	417.126	1.308.002	0	62.920	2.838.476

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

	Consolidado				
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	Plano Pecúlio	Total
Saldo em 31.12.2018	1.440.573	321.096	30.885	9.655	1.802.209
Benefícios Pagos no Período Utilizando os Ativos do Plano	(170.603)	(82.601)	(82.598)	(205)	(336.007)
Contribuições de Participantes Realizadas no Período	28.934	14.601	40.806	-	84.341
Contribuições do Empregador Realizadas no Período	73.190	58.109	48.400	-	179.699
Rendimentos Esperados dos Ativos	128.840	28.124	2.512	852	160.328
Ganho (Perda) no Valor Justo dos Ativos do Plano	136.116	22.492	(12.482)	1.060	147.186
Saldo em 31.12.2019	1.637.050	361.821	27.523	11.362	2.037.756

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019
Plano Transitório	2.957	4.198
Plano Misto	12.867	8.975
Plano Médico	6.913	8.353
Outros Benefícios	1.082	1.207
Total	23.819	22.733
Despesa Pessoal	12.490	12.962
Despesa Financeira	11.329	9.771
Total	23.819	22.733

e) Despesa Estimada para o Exercício de 2020

A estimativa da despesa para o exercício de 2020 está demonstrada a seguir:

Planos	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2020
Plano Transitório	11.826
Plano Misto	51.469
Plano Pecúlio	4.328
Plano Médico	27.651
Total	95.274

f) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto/Transitório	Plano Celos Saúde	Outros Benefícios	Consolidado
				Total (Reapresentado)
Saldo em 31.12.2019	1.467.554	1.308.002	62.920	2.838.476
Pagamento	(34.908)	(8.490)	(864)	(44.262)
Provisão	15.824	6.913	1.082	23.819
Saldo em 31.03.2020	1.448.470	1.306.425	63.138	2.818.033

Notas Explicativas

29. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000.000,00, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

Em 21 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou a proposta de alteração do Estatuto Social da Companhia, aumentando o valor do Capital Social Autorizado para R\$2.600.000.000,00 (dois bilhões e seiscientos milhões de reais).

Além do aumento do Capital Social autorizado, aprovou também, o aumento do Capital Social integralizado para R\$2.480.000.000,00 (dois bilhões e quatrocentos e oitenta milhões de reais). A integralização será realizada com a incorporação de parte das Reservas de Retenção de Lucros de anos anteriores, sem qualquer emissão de novas ações.

O novo Estatuto Social foi encaminhado à Casa Civil do Governo do Estado de Santa Catarina, seguindo o rito natural desse ato societário, que já se manifestou favorável à proposta, enviando o processo para a Assembleia Legislativa.

O assunto, no momento, está sendo analisado pela Comissão de Constituição e Justiça – CCJ, e deverá, ainda, passar pela Comissão de Finanças e Tributação e pela Comissão de Economia, Ciência, Tecnologia, Minas e Energia antes de ser enviado ao Pleno para votação e aprovação.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$1.455.014 em 31 de março de 2020 e R\$1.454.873 em 31 de dezembro de 2019, no Patrimônio Líquido:

	Consolidado	
Ajuste de Avaliação Patrimonial	31.03.2019	31.12.2019
Custo Atribuído – Celesc G (a)	15.012	15.153
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (b)	(1.470.026)	(1.470.026)
Total	(1.455.014)	(1.454.873)

(a) O custo atribuído, mensurado ao valor justo na data da adoção inicial dos CPCs em 2009, foi reconhecido no ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, líquido de imposto de renda e contribuição social diferidos, em contrapartida ao ativo imobilizado. A sua realização é registrada em contrapartida à conta lucros acumulados na medida em que a depreciação do valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

(b) Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes – ajuste de avaliação patrimonial.

c) Lucro Básico e Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 31 de março de 2020 e de 2019 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 31 de março de 2020 e de 2019, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Neste período, não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 31 de março de 2020 e de 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no Lucro/(Prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro Básico e Diluído

Descrição	31.03.2020	31.03.2019
Média Ponderada de Ações (milhares)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$)		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	3,5237	1,7778
Ações Preferenciais Nominativas – PN	3,8761	1,9556
Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	54.713	27.604
Ações Preferenciais Nominativas – PN	89.322	45.066
Total do Lucro Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia	144.035	72.670

Notas Explicativas

e) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

30. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 31 de março de 2020, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

Consolidado				
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Valor Segurado (i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos da Concessão	29.12.2017 a 31.12.2020	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2019 à 14.05.2020	25.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2019 a 08.08.2020	24.272

(i) As premissas e riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

31. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A Administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos exercícios findos em 31 de março de 2020 e 2019, são as seguintes:

31.03.2020					
Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.075.756	35.409	(1.372)	2.109.793
Custo das Vendas	-	(1.783.089)	(8.409)	1.372	(1.790.126)
Resultado Operacional Bruto	-	292.667	27.000	-	319.667
Despesas com Vendas	-	(51.992)	(516)	-	(52.508)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.503)	(80.370)	(3.645)	-	(88.518)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(517)	39.565	-	-	39.048
Resultado de Equivalência Patrimonial	149.003	-	1.328	(140.735)	9.596
Resultado das Atividades	143.983	199.870	24.167	(140.735)	227.285
Receitas Financeiras	70	41.265	1.234	(317)	42.252
Despesas Financeiras	(18)	(48.867)	(2.252)	317	(50.820)
Resultado Financeiro, Líquido	52	(7.602)	(1.018)	-	(8.568)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	144.035	192.268	23.149	(140.735)	218.717
IRPJ e CSLL	-	(67.269)	(7.413)	-	(74.682)
Lucro Líquido do Período	144.035	124.999	15.736	(140.735)	144.035
Total dos Ativos	1.625.423	3.525.095	701.083		
Total dos Passivos	74.264	7.786.749	170.570		

Notas Explicativas

31.03.2019

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	2.091.657	41.815	(1.335)	2.132.137
Custo das Vendas	-	(1.855.279)	(8.233)	1.335	(1.862.177)
Resultado Operacional Bruto	-	236.378	33.582	-	269.960
Despesas com Vendas	-	(54.134)	1.682	-	(52.452)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.083)	(78.732)	(3.012)	-	(87.827)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(493)	17.406	(299)	-	16.614
Resultado de Equivalência Patrimonial	78.965	-	(466)	(72.305)	6.194
Resultado das Atividades	72.389	120.918	31.487	(72.305)	152.489
Receitas Financeiras	297	74.094	2.469	(1.992)	74.868
Despesas Financeiras	(16)	(99.626)	(3.408)	1.992	(101.058)
Resultado Financeiro, Líquido	281	(25.532)	(939)	-	(26.190)
Lucro Antes IRPJ e CSLL	72.670	95.386	30.548	(72.305)	126.299
IRPJ e CSLL	-	(43.090)	(10.539)	-	(53.629)
Lucro Líquido do Período	72.670	52.296	20.009	(72.305)	72.670
s					
Total dos Ativos	1.928.040	8.875.740	674.480		
Total dos Passivos	48.255	7.842.145	191.845		

31.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	31.03.2020	31.03.2019
Receita Operacional Bruta – ROB	3.324.898	3.472.196
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.679.273	1.987.916
Fornecimento não faturado	(41.346)	(28.389)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	129.895	131.905
Suprimento não faturado	531	1.533
Disponibilização da Rede Elétrica (i)	1.194.089	1.109.691
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.283	1.309
Receita Financeira Bonificação de Outorga (a)	9.819	12.152
Renda de Prestação de Serviços	111	642
Energia Elétrica de Curto Prazo	118.990	212.188
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	(44.878)	(253.133)
Outras Receitas Operacionais	2.018	3.883
Doações e Subvenções (ii)	168.048	176.989
Receita de construção	107.065	115.510
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.215.105)	(1.340.059)
ICMS	(631.050)	(670.364)
PIS	(52.948)	(55.220)
COFINS	(243.878)	(254.346)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(300.735)	(344.972)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(10.111)	(10.161)
Programa Eficiência Energética – PEE	(9.873)	(9.916)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(1.964)	(1.810)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	(235)	(265)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	35.689	6.995
Receita Operacional Líquida – ROL	2.109.793	2.132.137

(i) Em atendimento ao Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Resolução Normativa nº 605/2014, a Celesc D efetuou a segregação da receita da TUSD de Consumidores Cativos de Fornecimento de Energia Elétrica p/ Disponibilidade da Rede Elétrica.

(ii) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013) no primeiro trimestre de 2020 foi de R\$159.707. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$2.416, fornecimento de Bandeiras CCRBT em R\$14.905 e diferença de reembolso CDE em R\$8.980.

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Residencial	2.418.807	2.353.651	1.770.930	1.837.798	1.093.801	1.251.132
Industrial	111.756	107.976	2.583.451	2.599.258	366.536	422.053
Comercial	276.091	273.366	1.247.399	1.257.102	625.587	704.832
Rural	237.895	234.696	366.357	359.243	174.261	163.599
Poder Público	23.552	23.168	117.359	122.366	73.079	82.086
Iluminação Pública	863	800	162.232	163.533	61.369	66.297
Serviço Público	3.557	3.453	100.094	94.172	55.540	53.437
Reclassif. Rec. Disp. Rede Elét. Cons.Cat.	-	-	-	-	(812.246)	(783.909)
Total do Fornecimento	3.072.521	2.997.110	6.347.822	6.433.472	1.637.927	1.959.527
Suprimento de Energia	95	94	732.513	726.348	130.426	133.438
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	9.819	12.152
Total	3.072.616	2.997.204	7.080.335	7.159.820	1.778.172	2.105.117

(i) Informações não auditadas

31.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.03.2020	
					Total	
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda (a)	1.248.565	-	-	-	-	1.248.565
Encargos de Uso da Rede Elétrica (a)	227.792	-	-	-	-	227.792
Proinfa (a)	38.714	-	-	-	-	38.714
Pessoal (b)	80.517	41.528	15.321	5.869	-	143.235
Administradores	-	1.616	-	-	-	1.616
Despesa Atuarial (CPC 33)	-	12.490	-	-	-	12.490
Entidade de Previdência Privada (b)	4.134	2.138	626	-	-	6.898
Material	2.411	1.350	-	-	-	3.761
Custo de Construção	107.065	-	-	-	-	107.065
Custos e Serviços de Terceiros	26.173	17.727	14.004	278	-	58.182
Depreciação e Amortização	52.202	6.673	-	493	-	59.368
Provisões Líquidas	-	-	5.920	(7.669)	-	(1.749)
Compartilhamento de Infraestrutura (c)	486	6.052	191	(40.093)	-	(33.364)
Outros Custos e Despesas	2.067	(1.056)	16.446	2.074	-	19.531
Total	1.790.126	88.518	52.508	(39.048)	-	1.892.104

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.03.2019	
					Total	
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	1.318.237	-	-	-	-	1.318.237
Encargos de uso da rede elétrica (a)	215.600	-	-	-	-	215.600
Proinfa (a)	46.548	-	-	-	-	46.548
Pessoal (b)	81.343	44.293	15.440	2.460	-	143.536
Administradores	-	1.798	-	-	-	1.798
Despesa Atuarial (CPC 33)	-	12.962	-	-	-	12.962
Entidade de Previdência Privada (b)	4.618	1.872	724	-	-	7.214
Material	2.130	1.531	-	-	-	3.661
Custo de Construção	115.510	-	-	-	-	115.510
Custos e Serviços de Terceiros	26.316	16.588	14.355	182	-	57.441
Depreciação e Amortização	48.875	6.073	-	493	-	55.441
Provisões Líquidas	-	-	3.118	17.067	-	20.185
Compartilhamento de Infraestrutura (c)	503	4.072	188	(29.757)	-	(24.994)
Outros Custos e Despesas	2.497	(1.362)	18.627	(7.059)	-	12.703
Total	1.862.177	87.827	52.452	(16.614)	-	1.985.842

Notas Explicativas

a) Energia Elétrica Comprada p/ Revenda

Descrição	31.03.2020	GWh (i)	Consolidado	
			31.03.2019	GWh (i)
Aliança Geração de Energia S.A.	16.157	75	14.702	78
Açucareiro Zillo Lorenzetti S.A.	-	-	4.012	17
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	270.458	933	196.378	914
Engie Brasil Energia Comercializadora.	82.957	354	83.748	368
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	7.846	69	7.383	68
Petrobrás S.A.	62.059	448	71.090	449
Companhia Energética de Petrolina – CEP	5.636	52	9.226	49
Serra do Facão Energia S.A.	5.871	25	5.702	26
Furnas Centrais Elétricas S.A.	35.691	315	29.273	305
Cemig Geração e Transmissão S.A.	44.606	191	45.043	196
Companhia Energética Potiguar	3.742	33	4.641	33
Delta Comercializado de Energia	3.707	19	3.682	19
Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE	3.763	13	2.994	12
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	3.580	41	3.596	43
Companhia Energética de São Paulo – CESP	17.631	78	17.799	81
UHE São Simão Energia S.A.	11.111	85	10.697	92
Energética Suape II S.A.	5.774	51	8.107	50
Eletrobras Termonuclear S.A.	44.615	175	40.168	172
Porto do Pecém Geração de Energia S.A.	21.529	118	26.670	117
Foz do Chapecó Energia S.A.	12.567	54	12.649	57
Companhia Energética Estreito	11.906	54	12.020	56
Amazonas Geração e Transmissão de Energia	10.239	44	10.050	44
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	11.854	60	9.269	60
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	3.127	14	3.038	14
Companhia Energética Jaguará	2.919	21	2.423	20
Enguia GEN BA Ltda – Jaguari	-	-	2.248	34
EOL São Clemente	-	-	2.538	16
Rio PCH I S.A.	3.242	14	3.207	15
Rio Paraná Energia S.A.	24.736	164	20.335	154
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	-	-	3.010	14
Empresa Energética Porto das Pedras	3.145	14	3.166	14
Empresa de Energia Cachoeira Caldeira	-	-	2.625	21
Açucareira Quatá S.A.	3.649	17	-	-
ECE Participações S.A.	-	-	2.476	18
ENEL Green Power S.A.	4.084	26	2.734	18
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	8.406	48	3.371	34
Ventos de Santo Antônio Geradora	4.563	23	4.451	23
Norte Energia S.A.	40.522	339	41.447	353
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF	21.908	456	16.973	428
Santo Antônio Energia S.A.	49.903	351	48.576	364
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.	4.160	27	-	-
Centrais Elétricas de Sergipe	8.336	44	-	-
Companhia Energética do Jari – CEJA	3.428	17	-	-
Santa Fé Energia S.A.	-	-	2.418	11
SJC Bionergia Ltda	-	-	2.201	9
Energest SA.	-	-	2.370	11
Outros	90.038	527	68.297	514
Sub Total	969.465	5.389	866.803	5.391
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda – CP	279.100	(167)	451.434	(83)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	227.792	-	215.600	-
Proinfa	38.714	91	46.548	89
Sub Total	545.606	(76)	713.582	6
Total	1.515.071	5.313	1.580.385	5.397

(i) Informações não auditadas

b) Pessoal e Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Pessoal	1.360	3.448	143.235	143.536
Remunerações	1.271	3.362	72.179	75.053
Encargos Sociais	51	57	28.176	30.260
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	9.678	8.531
Benefícios Assistenciais	-	-	14.598	14.532
Provisões e Indenizações	26	12	18.582	15.136
Outros	12	17	22	24
Previdência Privada – Celos	-	-	6.898	7.214
Total	1.360	3.448	150.133	150.750

c) Compartilhamento de Infraestrutura

Refere-se a utilização de pontos de fixação nos postes da Celesc D, realizada por terceiros, para a prestação de serviços de telecomunicações de interesse coletivo. Tais como: Telefonia, Internet, Tv a Cabo e outros.

Notas Explicativas

31.3. Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Receitas Financeiras	70	297	42.252	74.868
Renda de Aplicações Financeiras	76	295	2.991	4.074
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	21.361	26.668
Variações Monetárias	-	-	5.351	39.194
Atualização Monetária s/ Ativos Financeiro – CVA	-	-	12.363	6.436
Deságio Fornecedor	-	-	-	44
Outras Receitas Financeiras	-	10	2.264	1.371
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(6)	(8)	(2.078)	(2.919)
Despesas Financeiras	(18)	(16)	(50.820)	(101.058)
Encargos de Dívidas	-	-	(19.864)	(33.147)
Atualização Reserva Matemática a Amortizar	-	-	(11.329)	(9.771)
Imposto s/ Operações Financeiras – IOF	-	-	(884)	-
Variações Monetárias	-	-	(6.187)	(21.684)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(2.371)	(4.055)
Atualização Monetária s/ Passivo Financeiro – CVA	-	-	(7.093)	(12.245)
Atualização CDE	-	-	-	(6.836)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(2.246)	(10.488)
Outras Despesas Financeiras	(18)	(16)	(846)	(2.832)
Resultado Financeiro	52	281	(8.568)	(26.190)

32. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D

32.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.03.2020	31.03.2019
Circulante	2.691.691	2.133.010
Caixa e Equivalentes de Caixa	288.506	400.090
Contas a Receber de Clientes	1.541.273	1.403.888
Estoques	17.239	14.594
Tributos a Recuperar	625.723	65.740
CDE – Subsídio Decreto nº 7.891/2013	53.236	53.236
Outros	165.714	195.462
Não Circulante	5.733.708	6.276.608
Realizável à Longo Prazo	2.208.613	2.827.793
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	479.417	523.543
Contas a Receber de Clientes	42.358	44.683
Tributos Diferidos	995.084	1.004.094
Tributos a Recuperar	533.490	1.090.907
Depósitos Judiciais	155.210	147.344
Ativo Financeiro – CVA	-	12.678
Outros	3.054	4.544
Intangível	3.525.095	3.448.815
Total do Ativo	8.425.399	8.409.618

Notas Explicativas

32.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.03.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Circulante	2.317.711	2.347.280
Fornecedores	828.107	989.272
Empréstimos Moeda Nacional	440.363	377.317
Empréstimos Moeda Estrangeira	13.458	6.306
Debêntures	69.041	69.644
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	189.476	211.516
Tributos a Recolher	244.387	194.446
Dividendos e Juros s/ Capital Próprio – JCP Declarados	47.066	47.066
Taxas Regulamentares	135.918	165.049
Mútuos (i)	90.317	-
Passivo Atuarial (CPC 33)	172.106	176.528
Passivos Financeiros – CVA	13.716	25.142
Outros Passivos	73.756	84.994
Não Circulante	5.469.038	5.548.687
Empréstimos Moeda Nacional	344.499	435.718
Empréstimos Moeda Estrangeira	468.290	468.290
Debêntures	165.248	181.760
Taxas Regulamentares	189.245	187.073
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	48.186	48.186
Passivo Atuarial (CPC 33)	2.645.927	2.661.948
Provisão p/ Contingências	495.583	500.474
Passivos Financeiros – Parcela A	35.824	-
PIS/COFINS a ser Restituído a Consumidores	1.076.236	1.065.238
Patrimônio Líquido	638.650	513.651
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	930.087	930.087
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.470.026)	(1.470.026)
Lucros Acumulados	124.999	-
Total do Passivo	8.425.399	8.409.618

(i) Mútuo entre Celesc D e Celesc G

Em reunião ordinária do Conselho de Administração, realizada em 21 de janeiro de 2020, foi aprovado o repasse de recursos da Celesc G para a Celesc D na forma de Contrato de Mútuo. A finalidade da operação é para capital de giro e a anuência da ANEEL foi dada por meio do Despacho nº 3679/2019 de 27 de dezembro de 2019.

O contrato foi assinado em 26 de fevereiro de 2020, com vigência para 12 (doze) meses. Os repasses foram feitos nos valores de R\$40 milhões na data da assinatura e R\$50 milhões no dia seguinte, totalizando R\$90 milhões, que equivalem ao limite estabelecido.

Os juros remuneratórios da operação são correspondentes a 96,75% do CDI ao ano, da variação acumuladas das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over* extra grupo, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3.

Notas Explicativas

32.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.03.2020	31.03.2019
Receita Operacional Líquida – ROL	2.075.756	2.091.657
Receita Líquida de Vendas e Serviço de Energia Elétrica	2.012.286	2.227.971
Receita de Ativo (Passivo) Financeiro (CVA)	(44.878)	(253.133)
Receita de Construção – CPC 47	107.065	115.510
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.283	1.309
Custos de Vendas/Serviços Prestados	(1.783.089)	(1.855.279)
Custo das Mercadorias Vendidas	(1.510.942)	(1.576.403)
Custo dos Serviços Prestados	(165.082)	(163.366)
Custo de Construção – CPC 47	(107.065)	(115.510)
Resultado Operacional Bruto	292.667	236.378
Despesas Operacionais	(92.797)	(115.460)
Despesas com Vendas	(51.992)	(54.134)
Despesas Gerais e Administrativas	(80.370)	(78.732)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	39.565	17.406
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	199.870	120.918
Resultado Financeiro	(7.602)	(25.532)
Receitas Financeiras	41.265	74.094
Despesas Financeiras	(48.867)	(99.626)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	192.268	95.386
IRPJ e CSLL	(67.269)	(43.090)
Corrente	(58.259)	(41.262)
Diferido	(9.010)	(1.828)
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	124.999	52.296

32.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.03.2020	31.03.2019
Receita Operacional Bruta – ROB	3.286.923	3.427.454
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	1.670.218	1.979.974
Fornecimento Não Faturado	(41.337)	(27.551)
Suprimento de Energia Elétrica (a)	110.760	107.344
Ativos e (Passivos) Financeiros – CVA	(44.878)	(253.133)
Disponibilização da Rede Elétrica	1.194.645	1.110.299
Energia de Curto Prazo	118.990	212.188
Doações e Subvenções	168.048	176.989
Receita de Construção	107.065	115.510
Atualização do Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	1.283	1.309
Outras Receitas Operacionais	2.129	4.525
Deduções da Receita Operacional Bruta	(1.211.167)	(1.335.797)
ICMS	(631.050)	(670.364)
PIS	(52.342)	(54.563)
COFINS	(241.089)	(251.319)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(300.735)	(344.972)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(9.873)	(9.916)
Programa Eficiência Energética – PEE	(9.873)	(9.916)
Taxa de Fiscalização	(1.894)	(1.742)
Outros Encargos	35.689	6.995
Receita Operacional Líquida – ROL	2.075.756	2.091.657

Notas Explicativas

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da Receita Bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Residencial	2.418.807	2.353.651	1.770.930	1.837.798	1.093.801	1.251.132
Industrial	111.748	107.968	2.551.420	2.572.875	359.698	416.565
Comercial	276.090	273.365	1.233.803	1.246.674	623.379	703.216
Rural	237.895	234.696	366.357	359.243	174.261	163.599
Poder Público	23.552	23.168	117.359	122.366	73.079	82.086
Iluminação Pública	863	800	162.232	163.533	61.369	66.297
Serviço Público	3.557	3.453	100.094	94.172	55.540	53.437
Reclassif. Receita Disp. Rede Elét.- Cons.Cativo	-	-	-	-	(812.246)	(783.909)
Total do Fornecimento	3.072.512	2.997.101	6.302.195	6.396.661	1.628.881	1.952.423
Suprimento de Energia	51	51	604.276	569.373	110.760	107.344
Total	3.072.563	2.997.152	6.906.471	6.966.034	1.739.641	2.059.767

(i) Informações não auditadas

32.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.03.2020
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.510.942	-	-	-	1.510.942
Pessoal	80.000	37.377	15.149	5.869	138.395
Despesa Atuarial	-	12.490	-	-	12.490
Entidade Previdência Privada	4.134	2.138	626	-	6.898
Material	2.341	1.338	-	-	3.679
Custo de Construção	107.065	-	-	-	107.065
Custos e Serviços de Terceiros	25.086	16.090	13.849	278	55.303
Depreciação e Amortização	50.946	6.444	-	-	57.390
Provisões Líquidas	-	-	5.753	(7.687)	(1.934)
Outros Custos e Despesas	2.575	4.493	16.615	(38.025)	(14.342)
Total	1.783.089	80.370	51.992	(39.565)	1.875.886

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	31.03.2019
					Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	1.576.403	-	-	-	1.576.403
Pessoal	81.001	38.597	15.235	2.460	137.293
Despesa Atuarial	-	12.962	-	-	12.962
Entidade Previdência Privada	4.618	1.872	724	-	7.214
Material	2.072	1.509	-	-	3.581
Custo de Construção	115.510	-	-	-	115.510
Custos e Serviços de Terceiros	24.781	15.669	14.202	182	54.834
Depreciação e Amortização	47.790	5.856	-	-	53.646
Provisões Líquidas	-	-	5.180	16.855	22.035
Outros Custos e Despesas	3.104	2.267	18.793	(36.903)	(12.739)
Total	1.855.279	78.732	54.134	(17.406)	1.970.739

Notas Explicativas

33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

33.1. Balanço Patrimonial – Ativo

Ativo	31.03.2020	31.12.2019 (Reapresentado)
Circulante	94.970	189.225
Caixa e Equivalentes de Caixa	38.898	137.640
Contas a Receber de Clientes	20.097	18.116
Estoques	99	102
Tributos a Recuperar	2.243	635
Despesas Antecipadas	77	134
Dividendos a Receber	663	-
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	32.893	32.597
Outros	-	1
Não Circulante	606.113	512.019
Realizável à Longo Prazo	364.123	273.329
Mútuos	90.317	-
Depósitos Judiciais	369	369
Tributos a Recuperar	1.962	1.938
Ativo Financeiro Indenizável – Concessão	2.421	2.421
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	259.054	258.113
Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	10.000	10.000
Outros	-	488
Investimentos	62.348	61.297
Imobilizado	177.216	174.778
Intangível	2.426	2.615
Total do Ativo	701.083	701.244

33.2. Balanço Patrimonial – Passivo

Passivo	31.03.2020	31.03.2019 (Reapresentado)
Circulante	68.062	76.249
Fornecedores	4.554	7.109
Debentures	35.413	35.489
Tributos a Recolher	8.121	13.696
Taxas Regulamentares	1.066	965
Dividendos a Pagar	17.637	17.637
Outros	1.271	1.353
Não Circulante	102.508	110.218
Debentures	78.351	87.052
Tributos Diferidos	20.536	19.596
Taxas Regulamentares	2.403	2.352
Provisão p/ Contingências	1.218	1.218
Patrimônio Líquido	530.513	514.777
Capital Social	250.000	250.000
Reserva Legal	17.604	17.604
Reserva de Retenção de Lucros	228.493	228.493
Dividendos a Disposição da AGO	3.527	3.527
Ajuste de Avaliação Patrimonial	15.012	15.153
Lucros Acumulados	15.877	-
Total do Passivo	701.083	701.244

Notas Explicativas

33.3. Demonstração de Resultados

Descrição	31.03.2020	31.03.2019
Receita Operacional Líquida – ROL	35.409	41.815
Receita Líquida de Vendas de Energia Elétrica	35.409	41.815
Custos de Vendas	(8.409)	(8.233)
Custo de Operação	(8.409)	(8.233)
Lucro Bruto	27.000	33.582
Despesas Operacionais	(2.833)	(2.095)
Com Vendas	(516)	1.682
Gerais e Administrativa	(3.645)	(3.012)
Outras Despesas/Receitas Líquidas	-	(299)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.328	(466)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	24.167	31.487
Resultado Financeiro	(1.018)	(939)
Receitas Financeiras	1.234	2.469
Despesas Financeiras	(2.252)	(3.408)
Lucro Antes do IRPJ e da CSLL	23.149	30.548
IRPJ e CSLL	(7.413)	(10.539)
Corrente	(6.473)	(8.022)
Diferido	(940)	(2.517)
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Período	15.736	20.009

33.3.1. Receita Operacional

Descrição	31.03.2020	31.03.2019
Receita Operacional Bruta – ROB (a)	39.347	46.077
Fornecimento de Energia Elétrica – Industrial	6.847	6.326
Fornecimento de Energia Elétrica (b) – Industrial – Não Faturado	(9)	(838)
Fornecimento de Energia Elétrica – Comercial	2.208	1.616
Suprimento de Energia Elétrica	16.550	19.837
Suprimento de Energia Elétrica (b) – Não Faturado	531	1.533
Energia Elétrica de Curto Prazo	3.401	5.451
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	9.819	12.152
Deduções da Receita Operacional	(3.938)	(4.262)
PIS	(606)	(657)
COFINS	(2.789)	(3.027)
Taxa Fiscalização ANEEL	(70)	(68)
Pesquisa e desenvolvimento – P&D	(238)	(245)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(235)	(265)
Receita Operacional Líquida – ROL	35.409	41.815

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Nº de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019	31.03.2020	31.03.2019
Industrial	8	8	32.031	26.383	6.838	5.488
Comercial, Serviços e Outros	1	1	13.596	10.428	2.208	1.616
Suprimento de Energia	44	43	120.196	134.678	17.081	21.370
Energia Elétrica de Curto Prazo (CCEE)	-	-	8.041	22.297	3.401	5.451
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	9.819	12.152
Total	53	52	173.864	193.786	39.347	46.077

(i) Informações não auditadas

33.3.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	4.945	-	-	-	4.945
Encargos de Uso da Rede Elétrica	556	-	-	-	556
Pessoal	517	2.791	172	-	3.480
Material	70	12	-	-	82
Custos e Serviços de Terceiros	1.087	497	155	-	1.739
Depreciação e Amortização	1.256	228	-	-	1.484
Seguros	57	-	-	-	57
Provisões Líquidas	-	-	167	-	167
Tributos	(79)	31	22	-	(26)
Aluguéis	-	86	-	-	86
Total	8.409	3.645	516		12.570

Notas Explicativas

Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada p/ Revenda	4.709	-	-	-	4.709
Encargos de Uso da Rede Elétrica	608	-	-	-	608
Pessoal	342	2.248	205	-	2.795
Material	58	22	-	-	80
Custos e Serviços de Terceiros	1.535	424	153	-	2.112
Depreciação e Amortização	1.085	216	-	-	1.301
Seguros	57	-	-	-	57
Provisões Líquidas	-	-	(2.062)	212	(1.850)
Tributos	(87)	26	22	-	(39)
Aluguéis	-	75	-	-	75
Outros Custos e Despesas	(74)	1	-	87	14
Total	8.233	3.012	(1.682)	299	9.862

34. EVENTO SUBSEQUENTE

34.1. Impactos do Coronavírus e Ações da Companhia em Decorência da Pandemia

A infecção humana, causada pelo novo coronavírus (COVID-19), gerou fortes impactos na sociedade brasileira e mundial e, por isso foram adotadas severas medidas – tanto pelo Governo Federal quanto pelos Órgãos de Saúde e Órgãos Ministeriais – para fins de evitar a disseminação rápida do vírus.

Em 6 de fevereiro de 2020, foi publicada a Lei Federal nº 13.979, que dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS classificou o COVID-19 como pandemia.

O governo do Estado de Santa Catarina, atento aos efeitos da pandemia, publicou, em 17 de março de 2020, o Decreto Estadual nº 515, declarando a situação de emergência em todo o território catarinense, com o intuito de realizar a restrição drástica da circulação de pessoas.

No dia 18 de março de 2020, o Ministro de Estado de Minas e Energia publicou a Portaria nº 117/GM e instituiu o Comitê Setorial de Crise. Em seu Anexo II, inciso III, foi determinado que as empresas de economia mista e estatais vinculadas deveriam apresentar plano de ação ao Ministério, abrangendo as suas respectivas atividades, com vistas à manutenção da prestação dos serviços.

Foi publicado, em 20 de março de 2020, o Decreto Legislativo nº 6, que reconheceu, exclusivamente para os fins do artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020. Na mesma data foi também publicado o Decreto nº 10.282, que regulamentou a já citada Lei Federal nº 13.979/2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

Em 23 de março de 2020, foi publicado o Decreto Estadual nº 525, que dispôs sobre novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente do coronavírus.

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no dia 24 de março de 2020, em reunião pública extraordinária, elencou um conjunto de medidas, por meio da Resolução Normativa nº 878, para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da calamidade pública atinente à pandemia de coronavírus (COVID-19).

No dia 2 de abril de 2020, por meio da Resolução Celesc nº 49, foi criado o Comitê COVID-19 para identificar os riscos assumidos no planejamento orçamentário e estratégico da empresa para o ano corrente e aqueles provenientes da crise da pandemia.

Ações Tomadas – Celesc e Setor Elétrico

O setor elétrico está envolvido em discussões nas diferentes esferas para a minimização dos impactos do COVID-19. A Diretoria de Regulação e Gestão de Energia coordena as discussões com diferentes *players*, junto às associações e os departamentos da Companhia, buscando, assim, soluções para manutenção das atividades essenciais da Companhia. Dessa forma, serão abordadas as diversas ações tomadas ao longo dos últimos dias, desde o poder concedente até as ações pontuais realizadas pela Celesc e suas subsidiárias:

a) Ministério de Minas e Energia – MME

O poder executivo, no dia 8 de abril de 2020, assinou a Medida Provisória nº 950, que estabelece importantes medidas de enfrentamento dos impactos da pandemia da Covid-19 no setor elétrico.

O Governo soluciona duas questões urgentes vislumbradas pelos Ministérios envolvidos: a perda da capacidade de pagamento dos consumidores de baixa renda, beneficiários da tarifa social, e um alívio parcial na capacidade financeira das distribuidoras de energia elétrica, diante do aumento da inadimplência e da redução do consumo de energia.

Notas Explicativas

A Medida Provisória isenta os consumidores beneficiários da tarifa social do pagamento pelo consumo de até 220 kWh/mês, por 3 meses. Para tanto, é previsto aporte de R\$900 milhões na Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, o que será viabilizado por meio da criação de crédito extraordinário, matéria da Medida Provisória nº 949, também assinada em mesma data.

O Governo estabelece as condições para viabilizar operação de crédito, com vistas a prover um alívio financeiro às distribuidoras, diante da diminuição repentina do mercado. A medida possibilitará que as distribuidoras continuem honrando seus compromissos com os demais agentes setoriais, preservando a sustentabilidade do setor elétrico. Adicionalmente, amenizará a pressão tarifária sobre os consumidores, em 2020, decorrente de custos extraordinários inseridos no contexto da pandemia do Covid-19.

b) Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Entre as medidas já anunciadas pela ANEEL estão a Resolução Normativa nº 878/2020, com conjunto de medidas para garantir a continuidade do serviço de distribuição de energia elétrica, protegendo consumidores e funcionários das concessionárias, incluindo vedação, por 90 dias, da suspensão no fornecimento de energia por inadimplência de consumidores residenciais.

Além disso, desde o dia 24 de março de 2020, as reuniões públicas da diretoria estão sendo realizadas virtualmente com transmissão ao vivo e preservação de todos os ritos.

O Órgão Regulador autorizou a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE a repassar para as distribuidoras e para parte dos agentes do mercado livre os recursos financeiros disponíveis no fundo de reserva para alívio futuro de encargos. A ação visa reforçar a liquidez do setor elétrico em meio ao cenário de pandemia e antecipará R\$2,022 bilhões reservados para alívio futuro de encargos para as distribuidoras do Ambiente de Contratação Regulada – ACR e para 7.166 agentes do Ambiente de Contratação Livre – ACL. Destaca-se o valor de R\$71,37 milhões recebido pela Celesc D no dia 8 de abril de 2020.

Além disso, a ANEEL instituiu, no dia 8 de abril 2020, o Gabinete de Monitoramento da Situação Elétrica – GMSE. A ação se soma a outras que a agência anunciou anteriormente, visando o enfrentamento do cenário da pandemia. O Gabinete foi criado com objetivo de identificar efeitos da pandemia no mercado de energia elétrica, monitorar a situação econômico-financeira e de demanda e oferta de energia, bem como coordenar estudos de propostas que visem à preservação do equilíbrio nas relações entre agentes do setor. O GMSE será coordenado pela diretoria colegiada da ANEEL e terá em sua composição assessores técnicos da diretoria. Destaca-se a Nota Técnica nº 001/2020, emitida pelo Gabinete, com considerações iniciais dos efeitos da pandemia.

c) Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – ABRADEE

A ABRADEE, diante dos primeiros atos legais relativos à pandemia, ainda no mês de março de 2020, enviou expediente aos agentes setoriais, abordando os possíveis impactos na atividade de distribuição e em toda a cadeia do setor elétrico.

Reforçou que, por estar na ponta da cadeia da indústria da energia elétrica, a distribuição de energia representa o elo com os consumidores e tem recebido solicitações de diversos segmentos da sociedade afetados pela crise.

Entretanto, lembrou, que nesta engrenagem que faz a energia elétrica chegar até as unidades consumidoras, há diversos agentes envolvidos e ressaltou que mais de 80% do valor da conta de luz corresponde a custos que não são das distribuidoras de energia, como impostos e encargos do setor, transferidos aos governos e outros agentes; bem como custos de compra e de transmissão de energia, que são repassados aos geradores e transmissores.

Em suma, demonstrou que a distribuidora é a grande coletora e repassadora das receitas aos demais integrantes da cadeia produtiva de energia elétrica e dos tributos destinados ao Governo.

Ainda, por sua participação minoritária no total desta receita auferida com o fornecimento de energia elétrica, cabe destacar que a distribuidora, isoladamente, não tem condições financeiras e econômicas de suportar os impactos extraordinários que essa crise trouxe ao planeta.

Do ponto de vista interno, a Associação discutiu em seu Conselho Diretor várias possibilidades, abrindo duas vertentes de trabalho: a primeira, abordando uma solução imediata com os entes setoriais ao caixa da distribuidora e a segunda, criando dois grupos temáticos:

G1: Rateio da inadimplência intrassetorial (formulação de posicionamento da ABRADEE sobre as notificações emitidas pelas associadas);

G2: Formulação da nova Conta ACR e do Ativo Regulatório da Parcela B.

A Celesc D participa, por meio da coordenação de sua área regulatória, dos dois grupos e, nesse momento, ambos os ambientes temáticos, junto às consultorias contratadas, definem novas estratégias alinhadas ao Conselho Diretor para reduzir o impacto no ambiente de distribuição de energia.

Notas Explicativas

d) Ações de Proteção ao Caixa da Celesc D

Para manter a higidez do fluxo de caixa de curto prazo e minimizar os impactos do cenário turbulento do mercado financeiro e mundial, algumas empresas estão se utilizando de recursos de linhas de crédito compromissadas.

Nesse sentido, apesar da Celesc D não deter esse tipo de contrato, ela dispõe do cartão de crédito, atualmente de R\$150 milhões, para a realização de alguns tipos de transações, como pagamento de boletos.

Adicionalmente ao uso de linhas especiais de crédito, a Celesc D está adotando as seguintes medidas de proteção ao caixa:

- i) aprovação, pelo Conselho de Administração em reunião extraordinária dia 27 de março de 2020, de contingenciamento das despesas de Materiais, Serviços e Outros em 26% e de Investimentos em 42%;
- ii) diferimento do prazo de recolhimento da Contribuição Previdenciária Patronal (Portaria nº 139, de 03 de abril de 2020);
- iii) diferimento do prazo de recolhimento do FGTS (Medida Provisória nº 927, de 22 de março de 2020);
- iv) ajustes da Contribuições Sistema “S” (Medida Provisória nº 932, de 31 de março de 2020);
- v) início da compensação dos créditos referentes a ação judicial, transitada em julgado, da Celesc D sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, cujos valores já foram utilizados no Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação – PER/DCOMP no mês de março de 2020;
- vi) aprovação, em reunião do Conselho de Administração de 23 de abril de 2020, de continuidade das saídas do Plano de Demissão Incentivado, com liberação de mais R\$112 milhões em orçamento para realização de desligamentos em 2020.

e) Ações de Proteção ao Caixa da Celesc G

A Celesc G recebeu algumas notificações de clientes quanto à possibilidade de redução de seus contratos, as quais se encontram sob análise.

Do ponto de vista orçamentário, a Celesc G revisou suas ações de investimento, postergando projetos de menor prioridade.

Durante o primeiro trimestre do ano, trabalhava na realização de uma nova emissão de Debêntures, no montante de R\$37 milhões, visando a implantação do projeto de ampliação da Usina Celso Ramos, cujas obras foram iniciadas em julho de 2019. Contudo, com o impacto da pandemia à economia, a forte instabilidade macroeconômica afetou sobremaneira o mercado de capitais e culminou com a descontinuidade dessa operação. Devido aos Decretos Federais e Estaduais, a Celesc G suspendeu as obras da referida ampliação no final de março de 2020, estabelecendo seu reinício para o final de abril de 2020, após a liberação das atividades principais e correlatas pelos órgãos oficiais.

Com relação aos aspectos gerenciais, seguiu as diretrizes da Companhia.

f) Ações para Enfrentamento do Covid-19

A Celesc formou um Comitê de Crise em resposta à situação de pandemia e suas possíveis implicações para sua operação, considerando o Decreto Estadual nº 515, de 17 de março de 2020, que decretou a situação de emergência no território catarinense.

O Comitê é responsável pelo encaminhamento de medidas e ações pertinentes ao contexto atual, conforme comunicado ao mercado divulgado em 17 de março de 2020: Covid-19 – Esclarecimentos e Medidas Adotadas.

Dessa forma, a Companhia divulgou resolução com medidas de caráter preventivo, quais sejam:

- a) suspensão do atendimento presencial a partir do dia 18 de março de 2020, devendo as lojas permanecerem fechadas com o efetivo de atendentes realizando serviços de atendimento telefônico via transbordo e *backoffice*;
- b) disponibilização de álcool gel e máscaras nos pontos de atendimento a clientes;
- c) suspensão de viagens interestaduais e internacionais a trabalho;
- d) obrigação aos empregados que retornarem de viagens ao exterior de não comparecer ao local de trabalho nos 7 dias após sua chegada e, após o prazo, a obrigação de entrar em contato com a equipe médica da Celesc para avaliação;
- e) obrigação aos empregados que apresentarem sintomas de contaminação pelo Covid-19 (sintomáticos) para afastamento do trabalho pelo período mínimo de 14 (quatorze) dias, contados do retorno da viagem ou contato, conforme determinação médica;

Notas Explicativas

f) possibilidade de trabalho remoto aos empregados com 60 anos ou mais, que sejam portadores de doenças respiratórias crônicas, que morem com idosos com doenças crônicas ou com pessoas que estiveram no exterior nos últimos sete dias, gestantes, lactantes e que possuam filho em idade escolar, cujas aulas tenham sido suspensas e não possuem outro responsável para seu cuidado ou necessitam revezar nessa atividade, bem como a possibilidade para os demais empregados da administração, pela gerência, da implantação do sistema de rodízio de *home office*, devendo ser mantidos os serviços essenciais necessários;

g) orientação a todos os gestores de contratos para que as empresas contratadas sejam notificadas sobre a responsabilidade na adoção de todas as medidas necessárias no controle da disseminação do vírus em atendimento ao Decreto Estadual nº 507/2020.

Por fim, o Comitê de Crise, alinhado com as ações das autoridades de saúde do Estado de Santa Catarina, mantém as avaliações dos possíveis impactos na operação da Companhia, adotando imediatamente as medidas mitigadoras cabíveis para a estabilidade dos negócios.

34.2. Plano de Demissão Incentivada Emergencial – PDI-E

O Conselho de Administração aprovou, em 23 de abril de 2020, que a Celesc D realizasse um Plano de Demissão Incentivada Emergencial – PDI-E para empregados com mais de 33 anos de trabalho, contendo duas fases: uma de inscrição e outra de confirmação.

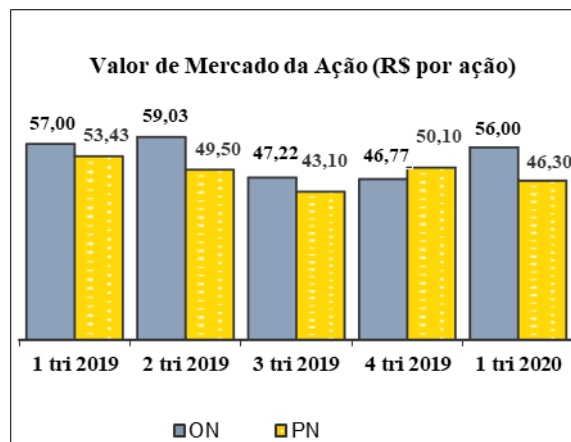
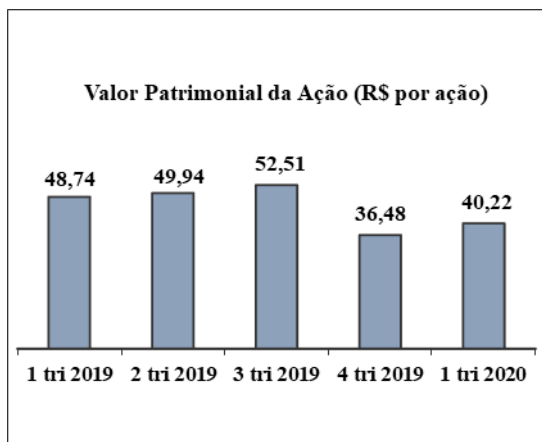
As inscrições ocorreram entre 27 de abril e 4 de maio de 2020 e, dos 270 empregados candidatáveis ao plano, 132 efetivaram seu interesse, dos quais se estima 100 confirmações de desligamento, resultando numa provisão de R\$45 milhões, aproximadamente.

As saídas estão programadas para acontecer em 31 de maio e 30 de junho de 2020, condicionadas à aprovação, pelos sindicatos, de Acordo Coletivo de Trabalho específico sobre o assunto.

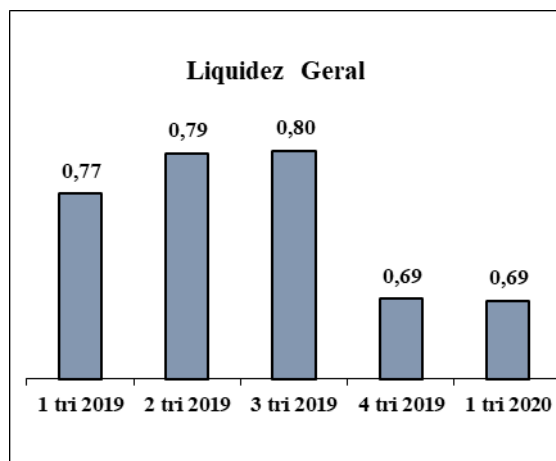
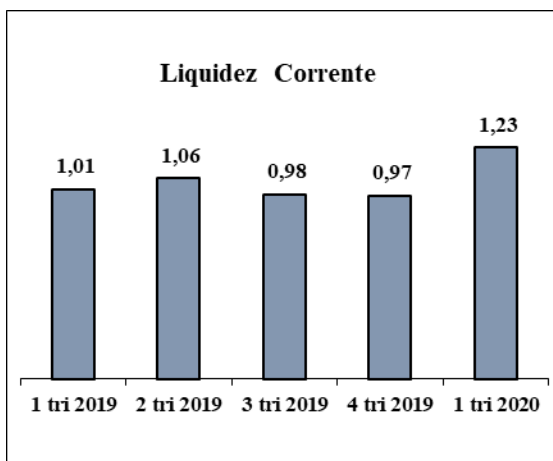
As provisões no resultado acontecerão nos referidos meses em que as saídas ocorrerem, tendo em vista estarem dentro do Exercício Fiscal de 2020.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

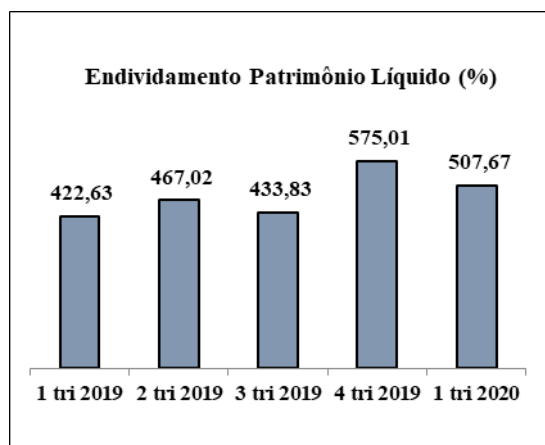
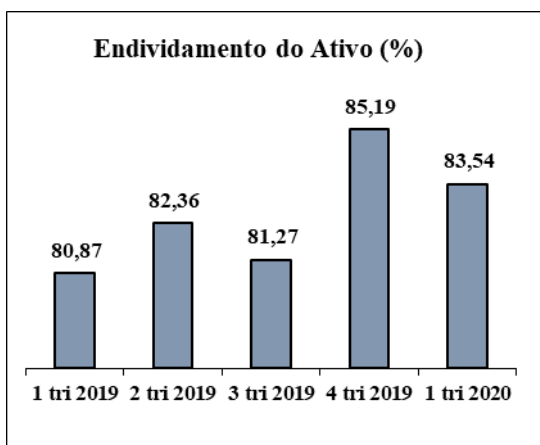
1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

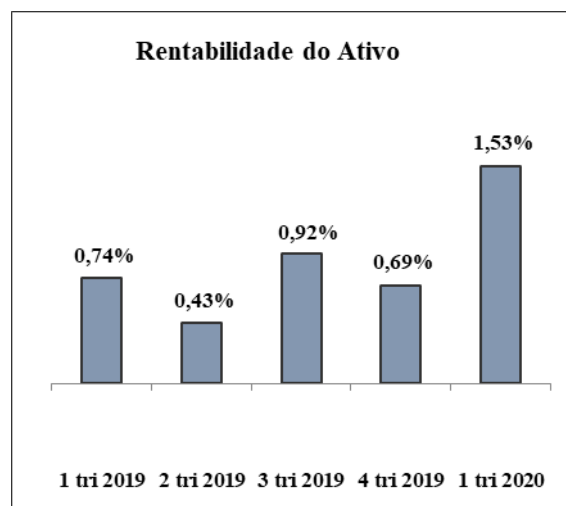
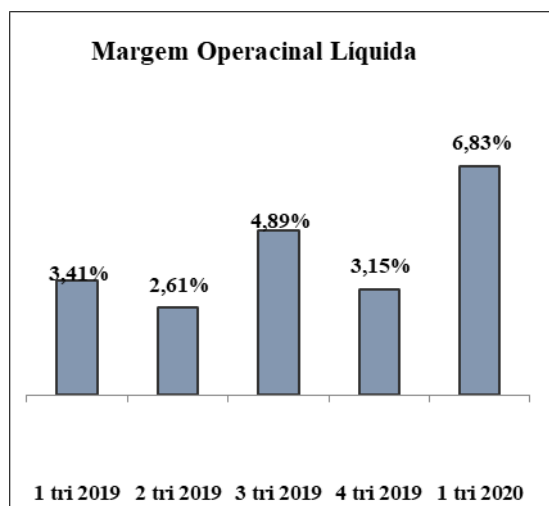
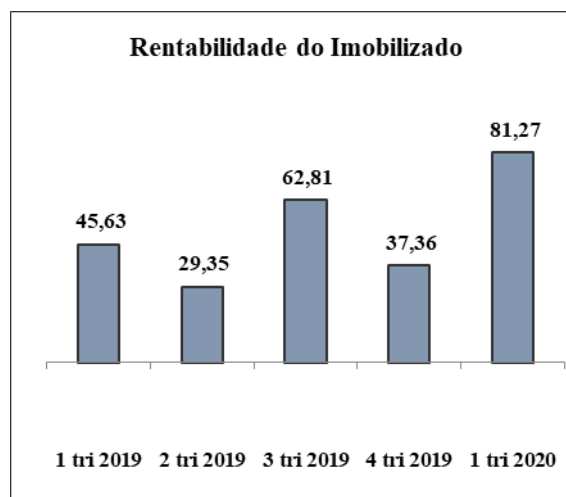
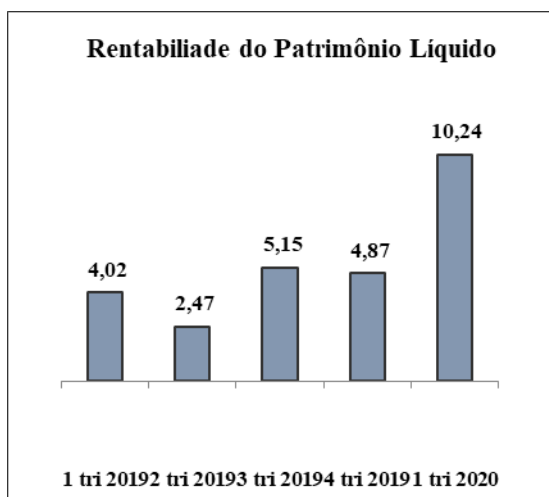


1.3. Endividamento

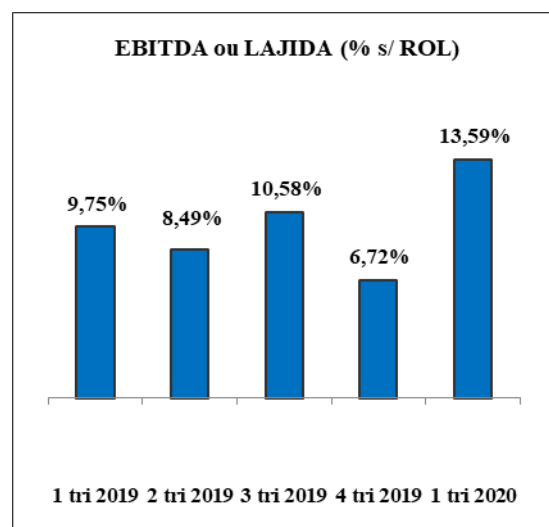
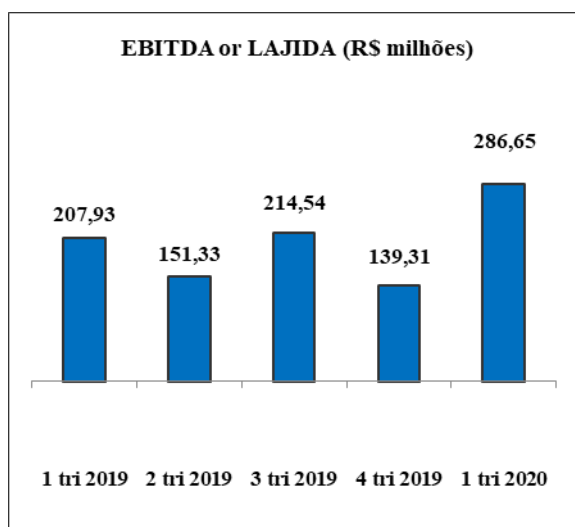


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.4. Rentabilidade

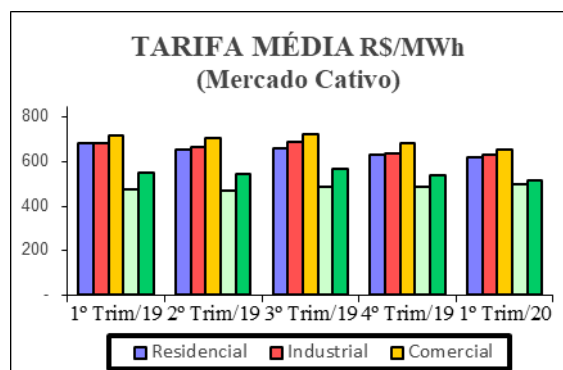
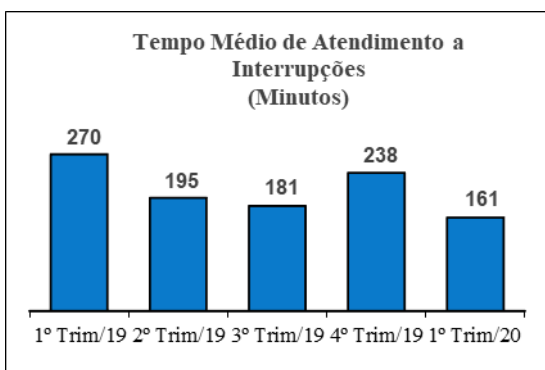
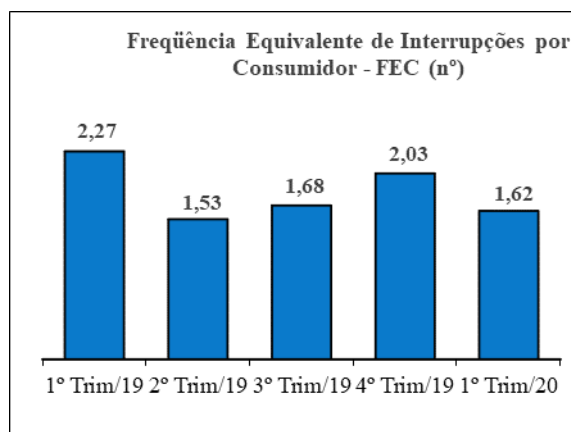
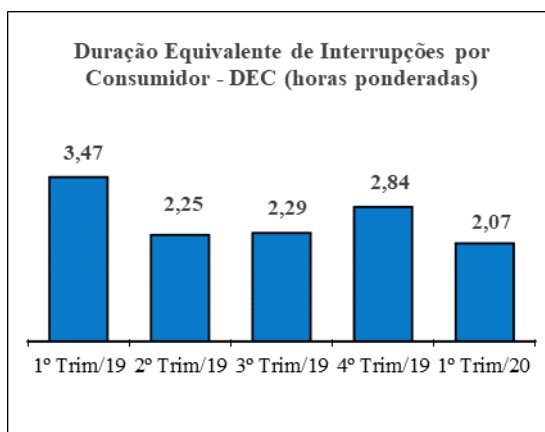
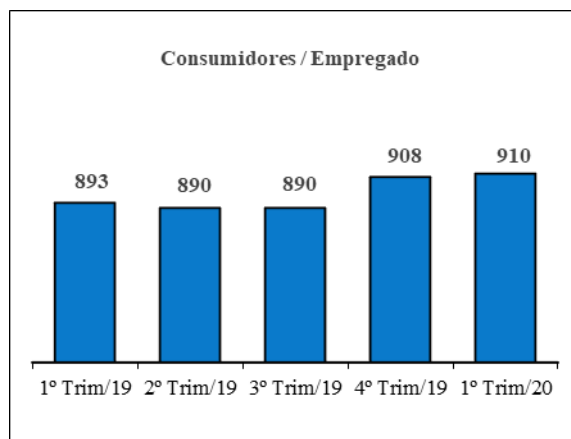
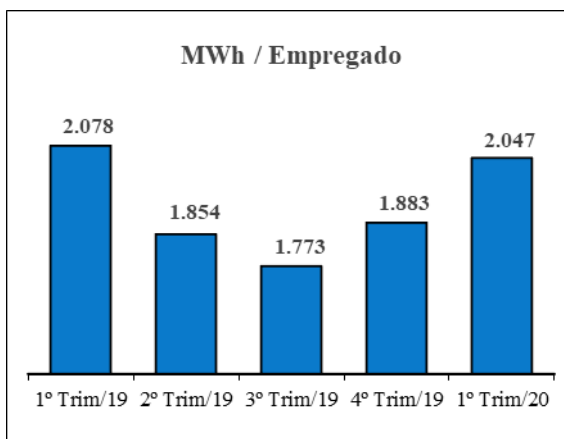


1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. (a "Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 8 de maio de 2020

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP 236051/O-7

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras Intermediárias da Companhia relativas ao 1o trimestre de 2020.

.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

.

Claudine Furtado Anchite
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

.

Sandro Ricardo Levandoski
Diretor Comercial

.

Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Distribuição

.

Pablo Cupani Carena
Diretor de Gestão Corporativa

.

Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

.

Fábio Valentim da Silva
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

.

Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

.

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os Diretores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Intermediárias da Companhia relativas ao 1o trimestre de 2020.

.

Cleicio Poletto Martins
Diretor Presidente

.

Claudine Furtado Anchite
Diretora de Finanças e Relações com Investidores

.

Sandro Ricardo Levandoski
Diretor Comercial

.

Sandro Ricardo Levandoski
Diretor de Distribuição

.

Pablo Cupani Carena
Diretor de Gestão Corporativa

.

Pablo Cupani Carena
Diretor de Geração, Transmissão e Novos Negócios

.

Fábio Valentim da Silva
Diretor de Regulação e Gestão de Energia

.

Marcos Penna
Diretor de Planejamento, Controles e Compliance

.

José Braulino Stähelin
Contador – CRC/SC 18.996/O-8